

**ACTA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA,
DE 22 DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZ**

----- Aos **vinte e dois** dias do mês de **Dezembro** de **dois mil e dez**, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se a **Quinta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda**, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**: -----

----- **1- DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DE ACTAS**: -----

----- **1.1** – Acta da 4ª. Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 30 de Setembro de 2010; ---

-----**1.2** – Acta da 4ª. Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 29 de Outubro de 2010;

-----**2 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

-----**3 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----**3.1 – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO EXMO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUEDA** acerca da actividade municipal, bem como da situação financeira do Município, nos termos do disposto nos artigos nºs 53º n.º 1, alínea e) e 68.º n.º 4, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

-----**3.2 – Discussão e Votação da proposta da Câmara Municipal de Águeda de **Autorização de Delegação de Competências na Junta de Freguesia de Barro, mediante realização de Protocolo – Construção do Muro para alargamento da via Prof. Aníbal****, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea s), do nº 2, do artigo nº 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

-----**3.3 - Discussão e Votação da proposta da Câmara Municipal de Águeda de **Desafecção de terreno do domínio público municipal, em Carmeleiras de Cima – Águeda****, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea b), do nº 4, do artigo nº 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

-----**3.4** - Discussão e Votação da proposta da Câmara Municipal de Águeda de **Alteração do Regulamento e Tabela de Taxas no âmbito de operações urbanísticas e obras no espaço público municipal - artigo 20º**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea a), do nº 2, do artigo nº 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- **3.5** – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal de Águeda de **Aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2011**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea o), do nº 2, do artigo nº 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- **3.6** – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal de Águeda de **Aprovação das Opções do Plano e da Proposta de Orçamento para o ano de 2011**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea b), do nº 2, do artigo nº 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- A Sessão foi Presidida pelo Senhor Engenheiro **ANTÓNIO CELESTINO PEREIRA DE ALMEIDA, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** e Secretariada pelas Senhoras **Carla Eliana da Costa Tavares e Joana Cristina Correia dos Santos**.

-----Tendo sido constituída a Mesa e verificada a existência de quórum, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, declarou aberta a **Quinta Sessão Ordinária**, pelas vinte e uma horas, tendo cumprimentado os Senhores Deputados da Assembleia Municipal; o Executivo; a Comunicação Social e o Público presente. -----

----- **À Sessão Ordinária compareceram os seguintes Deputados da Assembleia Municipal:**

----- António Celestino Pereira de Almeida - PS; -----

----- Nair Barreto de Carvalho Alves da Silva - PSD; -----

----- José Carlos Raposo Marques Vidal - PS; -----

----- Alberto José Fernandes Marques - PSD; -----

----- Dália Maria Silva Santos Costa - PS; -----

----- Carlos Alberto Baptista Guerra – PS; -----

----- Paulo Manuel Matos Soares - PSD; -----

----- Daniela Carina Alves Mendes – PS; -----

----- Joana Cristina Correia dos Santos – PSD; -----

----- António Manuel Fernandes Martins – CDS-PP; -----

----- Tiago André da Costa Soares - PS; -----

----- Hilário Manuel Ferreira dos Santos - PSD; -----

----- Manuel Augusto de Almeida Farias – PS; -----

----- Elisa Maria Pires de Almeida - PS; -----

----- António Manuel de Almeida Tondela - PSD; -----

----- Carla Eliana da Costa Tavares - PS; -----

----- Luis Miguel Simões Henriques – PSD; -----

----- José Manuel Gomes de Oliveira - PSD; -----

----- Alexandre Pires Duarte - PS; -----

----- Eunice Pereira dos Santos Neto – CDS-PP; -----

----- Francisco Rogério Martinho Estrela – PS. -----

----- **Compareceram igualmente à Sessão os seguintes Presidentes de Junta de Freguesia (PJF):** -----

----- António Farias dos Santos – PSD – PFJ de Agadão; -----

----- Rui Pedro Pinho Carvalho – II-Ind. – PFJ de Aguada de Baixo; -----

----- Heitor Pereira Abrantes Garruço – PSD – PFJ de Aguada de Cima; -----

----- Paulo Alexandre Guerra de Azevedo Seara – PS – PFJ de Águeda; -----

----- Wilson José de Oliveira Dias Gaio – PSD - PFJ de Barrô; -----

----- Vasco Miguel Rodrigues Oliveira – PSD - PFJ de Belazaima-do-Chão; -----

----- Jorge da Silva Mendes – PS - PFJ da Borralha; -----

----- Victor Manuel Abrantes Silva – PSD - PFJ de Castanheira do Vouga; -----

----- Manuel de Almeida Campos – Lista do Progresso - PFJ de Espinhel; -----

----- Carlos Guilherme da Silva Nolasco – PSD - PFJ de Fermentelos; -----

----- Alcides de Jesus – PSD - PFJ de Lamas do Vouga; -----

----- Pedro Daniel Henrique Rodrigues – Plenário - PFJ de Macieira de Alcoba; -----

----- Armando Paulo Almeida Galhano – PSD - PFJ de Macinhata do Vouga; -----

----- Fernando Tavares Pires – PSD - PFJ de Óis da Ribeira; -----

----- António Jorge Nunes Henriques – CDS-PP – Tesoureiro FJ do Préstimo (em substituição do PJF do Préstimo – Pedro António Machado Vidal); -----

----- Pedro Alexandre de Almeida Gomes – PSD – PJF de Recardães; -----
----- Manuel de Oliveira Duarte – CDS/PP - PFJ de Segadães; -----
----- Mário Ramos Martins – PS - PFJ de Travassô; -----
----- Carlos Alberto Ferreira da Silva – CDS/PP - PFJ de Trofa; -----
----- Carlos Alberto Carneiro Pereira – PSD - PFJ de Valongo do Vouga. -----
----- **Da Câmara Municipal de Águeda estiverem presentes os seguinte Elementos:** -----
----- Gil Nadais Resende da Fonseca – Presidente da Câmara Municipal - PS ; -----
----- Jorge Henrique Fernandes Almeida – Vereador e Vice-Presidente - PS; -----
----- Elsa Margarida de Melo Corga – Vereadora - PS; -----
----- Carla Jacinta Garruço de Almeida – Vereadora - PSD; -----
----- João Carlos Gomes Clemente – Vereador - PS; -----
----- Brito António Rodrigues Salvador – Vereador - PSD -----
----- Manuel Correia Marques – PSD – Vereador -----

----- **CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA** -----

----- De seguida, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** procedeu à leitura da correspondência a si dirigida: -----

----- De **Marlene Domingues Gaio - PSD:** -----

----- “Assunto: *Suspensão de Mandato* -----

----- *Serve a presente para informar V. Exa. que, por razões de ordem profissional irei estar ausente da área da autarquia por período de 35 dias, pelo que venho requerer a suspensão do mandato, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 7º do Regimento desta Assembleia e ainda no artigo 77º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.* -----

----- *Sem outro assunto de momento.* -----

----- *Atenciosamente,* -----

----- *Águeda, 22 de Dezembro de 2010”* -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Mesa colocou a votação o pedido de suspensão de mandato de Marlene Domingues Gaio, tendo-se verificado que a Assembleia, por Unanimidade, deliberou aprovar o mesmo. -----

----- Procedeu-se então à sua substituição pelo membro eleito imediatamente a seguir na Lista

do PSD, **Sandra Raquel Domingues de Oliveira**, a qual também apresentou pedido de suspensão de mandato, conforme se transcreve: -----

----- *“Serve a presente para informar V. Exa. que, por razões de ordem profissional irei estar ausente da área da autarquia por período de 35 dias, pelo que venho requerer a suspensão do mandato nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 7º do Regimento desta Assembleia e ainda no artigo 77º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.* -----

----- *Sem outro assunto de momento.* -----

----- *Atenciosamente,* -----

----- *Águeda, 22 de Dezembro de 2010”* -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Mesa colocou a votação o pedido de suspensão de mandato de Sandra Raquel Domingues de Oliveira, tendo-se verificado que a Assembleia, por Unanimidade, deliberou aprovar o mesmo. -----

----- De acordo com o Regimento procedeu-se então à sua imediata substituição pelo membro eleito seguinte na lista do PSD, **Luis Miguel Simões Henriques**, o qual uma vez presente e após ter sido feita a verificação da sua identidade e legitimidade tomou o seu lugar nesta Assembleia Municipal. -----

----- De **Presidente da Junta de Freguesia do Préstimo – CDS:** -----

----- *“Assunto: Substituição em Assembleia Municipal* -----

----- *Eu, Pedro António Machão Vidal, Presidente da Junta de Freguesia do Préstimo e membro da Assembleia Municipal de Águeda, venho por este meio solicitar a minha substituição, durante o mês de Dezembro do corrente ano, em reuniões da Assembleia Municipal pelo Sr. António Jorge Nunes Henriques, respectivo tesoureiro da Junta de Freguesia do Préstimo, devido ao facto de que me encontrarei ausente do país durante essa altura.* -----

----- *Grato pela atenção,* -----

----- *Com os melhores cumprimentos.”* -----

----- Do **Gabinete do Primeiro Ministro:** -----

----- *“Encarrega-me o Senhor Primeiro Ministro de acusar a recepção da carta de V. Exa. de 20 de Outubro, e de informar que foi prestada a devida atenção ao Voto de Protesto aprovado por essa Assembleia Municipal na reunião de 30 de Setembro.* -----

----- Com os melhores cumprimentos.” -----

-----DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DE ACTAS-----

----- De seguida, o Senhor Presidente de Mesa da Assembleia, passou à discussão e aprovação das Actas: -----

----- **1.1** – Acta da 4ª. Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 30 de Setembro de 2010; ---

----- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto, o Senhor Presidente da Mesa, colocou-a a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, por Unanimidade, deliberou aprovar o texto da Acta da 4ª. Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 30 de Setembro de 2010. ---

-----**1.2** – Acta da 4ª. Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 29 de Outubro de 2010;

----- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto, o Senhor Presidente da Mesa, colocou-a a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, por Unanimidade, deliberou aprovar o texto da Acta da 4ª. Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 29 de Outubro de 2010.

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia passou ao Período de Intervenção do Público, tendo sido feita a intervenção que se transcreve na íntegra: -----

----- **António Augusto Pires da Conceição** - Dirigente Nacional do STAL (Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local): -----

----- “Uma saudação muito especial aos trabalhadores hoje aqui presentes. -----

----- Esta Assembleia à meses atrás discutia aqui os dinheiros pagos indevidamente aos trabalhadores desta Autarquia, desconhecendo o suporte legal de todo um processo, baseados em pressupostos vagos e com desconhecimento geral da aplicação do complexo diploma do SIADAP na Opção Gestionária. -----

----- Logo foram dizendo que isto era um processo abusivo de utilização de dinheiros públicos, que era ilegal, etc. etc. etc. sem saberem genericamente do que falavam, com opiniões distorcidas na interpretação do referido decreto-lei, foram divagando em discursos genericamente duvidosos e que se reflectiam unicamente em vir a prejudicar mais tarde os trabalhadores. -----

----- Mas depressa verificamos, que o objectivo de toda a discussão em torno da opção gestionária não passava só por aí, passava também pela politiquice de à custa dos trabalhadores se poderiam tirar outros objectivos políticos, usando estes como arma de arremesso para atingirem outros objectivos. -----

----- O PSD tirou então o coelho da cartola e vai daí, fez aprovar uma proposta, a solicitar a intervenção da IGAL no processo, todos sabiam que estava a decorrer a ratificação de todo o processo de opção gestonária para se legalizar, e, até se conseguia legalizar, poderiam ter aguardado até á sua conclusão e depois tirarem as conclusões mas não quiseram ir por aí, eram mais importantes outros objectivos. -----

----- Chegou o relatório da IGAL, todos logo pensaram chegou a bomba agora é que vai ser, mas infelizmente a bomba explodiu nas mãos dos trabalhadores e agora meus senhores? Tudo isto demonstrou uma falta de respeito para com todos os trabalhadores, sabendo que os salários da Administração local são os mais baixos de toda Administração Pública. -----

----- Por proposta do Sr. Presidente, o Executivo Municipal decidiu por maioria anular a opção gestonária de que beneficiaram muitos dos seus trabalhadores, cujos vencimentos estavam há longos anos congelados, isto é sem qualquer progressão, devido às medidas restritivas tomadas pelos governos, nomeadamente desde Agosto de 2005. -----

----- Para o efeito, a Câmara fundamentou-se no **entendimento da IGAL, considerando esta que não foi aplicado o SIADAP e que por isso não podia ter havido lugar** ao posicionamento remuneratório dos trabalhadores não avaliados pelo SIADAP por opção gestonária (artigos 46. ° a 48. ° da LVCR), atento que a mesma pressupõe a existência de uma efectiva avaliação do desempenho, pelo que a ausência de avaliação do desempenho implica necessariamente a impossibilidade de alteração do posicionamento remuneratório dos trabalhadores. -----

----- Este **entendimento é uma colagem ao perfilhado pelo S. Estado da A. Local**, por despacho de 15/6/2010, assumindo uma posição inconcebível que não vem minimamente fundamentada. -----

----- Assim, **limita-se a afirmar que a referida opção gestonária não é possível mas não fundamenta a razão subjacente a essa impossibilidade.** -----

----- **Ou melhor, afirma-se que para o efeito é necessária avaliação pelo SIADAP.** -----

----- Porém, **em nenhum preceito legal se determina que a opção gestonária fica dependente da efectiva aplicação do SIADAP**, ----- isto é, da efectiva aplicação dos procedimentos inerentes à avaliação ordinária e extraordinária que esse regime contempla. -----

----- Na verdade, **para além dessas formas de avaliação, o Sistema aplicado até 2009,**

inclusive, inclui também o suprimento da avaliação, como prevê o artigo 18.º do D. Regulamentar ISA/2004, de 14/5. -----

----- Ora, o recurso a essa forma de suprimento, **integra-se, necessariamente, na efectiva aplicação do SIADAP, determinando esse normativo que é relevante para efeitos de progressão e promoção.** -----

----- Entender o contrário é, na nossa opinião, ignorar completamente esse normativo e partir do princípio que os referidos direitos dos trabalhadores apenas podem ser reconhecidos através das restantes formas de avaliação. -----

----- **Uma conclusão desta natureza não só não faz qualquer sentido como é uma autêntica aberração, do ponto de vista jurídico.** -----

----- Como sabemos, **são inúmeras as situações em que o regime de avaliação do desempenho não foi aplicado, tanto na A. Central, como na A. Local.** -----

----- Isso mesmo reconheceu a Lei 12-A/2008, de 27/2, pelo que **acautelou essa situação no n.º 7 do artigo 113.º**, determinando que, nos casos de inaplicabilidade ou não aplicação efectiva da legislação em matéria de avaliação do desempenho, se atribui um ponto por cada ano não avaliado. -----

----- Preceito que os n.ºs seguintes completam, reconhecendo aos trabalhadores o direito de reclamarem para efeitos de a avaliação ser objecto de ponderação curricular. -----

----- Como resulta do disposto no artigo 19.º do referido D. Regulamentar 19-A/2004, **a ponderação curricular traduz-se sempre numa avaliação qualitativa.** -----

----- **Logo, nos casos em que foi requerida, os trabalhadores obtiveram normalmente e pelo menos a menção de "Bom", tão relevante tanto qualquer outra, nomeadamente para efeito de preenchimento dos requisitos estabelecidos no artigo 47.º, 1, da Lei 12-A/2008, exigidos para a opção gestionária.** -----

----- De qualquer forma, sendo a avaliação qualitativa ou meramente quantitativa, continuamos a afirmar que nenhum normativo impõe que não possa ser considerada para efeitos de opção gestionária. -----

----- Digamos que são formas de suprimento que a lei acolheu. -----

----- **Ora, em nenhum ponto do citado artigo 113.º da Lei 12-A/2008 se determina que este processo de "avaliação administrativa", chamemos-lhe assim, apenas releva para efeitos**

de alteração obrigatória e não de alteração por opção gestonária. -----

----- Assim e exemplificando, sabendo-se que a menção de "Bom" equivale a 1 ponto, não vemos qualquer razão que impeça o raciocínio contrário, isto é, que o referido ponto deve corresponder a Bom! -----

----- E defendemos esta tese mesmo nos casos em que a avaliação foi apenas fixada quantitativamente, porquanto, como dissemos, **nenhum dos preceitos legais em causa exclui da opção gestonária quem foi avaliado sob este processo legal, constituindo uma forma de suprimento, decorrente da inaplicabilidade ou da não aplicação efectiva da avaliação do desempenho**, como estatui o citado artigo 113.º, n.º 7, da Lei 12-A/2008. -----

----- Logo, o que a Lei não distingue, não compete ao intérprete distinguir. -----

----- O entendimento acolhido pelo S. Estado e pela IGAL **contraria o que aqui defendemos, como contraria, igualmente, diversos outros pareceres, de que salientamos o divulgado pela ANMP na sua página electrónica que vos foi entregue ainda a pouco, como da CCRC também ele favorável.** -----

----- De resto, bem sabemos que as citadas **interpretações do S. Estado e da IGAL constituem formas da mais descarada interferência do governo**, através dos seus agentes, na gestão dos Municípios, que o governo quer submeter aos seus dislates, como se fossem meras secretarias de uma qualquer Direcção-Geral. -----

----- Houve Câmaras Municipais que também com a intervenção da IGAL e com processo de opção gestonária mais complexo do que este, foram informados de que os trabalhadores tinham que repor os dinheiros indevidamente recebidos, e como os relatórios da IGAL não fazem Lei, assumiram que os seus trabalhadores não iam repor nada podem pensar o que quiserem mas foi feita justiça. -----

----- **Posto isto, afirmamos com todas as letras:** -----

----- - **Illegais são as abusivas interpretações** da lei feitas pelos agentes deste governo e as interferências que exercem sobre o Poder Local. -----

----- - **Vergonhoso é que o Poder Local** se submeta aos desígnios do Poder Central. -----

----- - **Illegal, injusta e desumana** é, a conclusão do inquérito da IGAL cujas consequências são a retirada de direitos dos trabalhadores, no caso a diminuição dos seus exíguos vencimentos e a devolução das importâncias que se alegue terem recebido indevidamente. -----

----- É um Natal mais pobre para os trabalhadores, ainda por cima com a crise que se vai agudizar no ano de 2011, vão ter que descontar mensalmente verbas que a alguns lhes vão fazer muita falta, gostaria ainda de perguntar se os Senhores membros desta Assembleia conseguiriam viver com 475 euros por mês, em que alguns destes trabalhadores têm a esposa no desemprego, filhos na escola, renda de casa para pagar, medicamentos para comprar. Que todos sem excepção reflectissem sobre tudo isto, e fizessem aprovar hoje nesta Assembleia uma proposta para que o executivo mediante o trabalho que me foi solicitado e entregue, que, legalizava todo o processo de opção gestionária, fosse já aplicado aos trabalhadores que não progrediram desde 2004 e 2005, e aos de 2006 que obtêm direito em 2011 e assim sucessivamente. -----

----- Se isto não acontecer a maioria dos trabalhadores vão ter de esperar no mínimo 10 anos para progrediram na sua carreira o que é uma grande injustiça e que desmotiva a relação de trabalho. -----

----- Iniciamos já um Processo colectivo para o Tribunal Administrativo contra a IGAL, e o Inspector que analisou todo o processo que fez um relatório de forma gratuita com erros grosseiros na interpretação da referida Lei e de Português, fê-lo por encomenda e influência do Governo. É isto que têm feito as inspecções sempre que são solicitadas, prejudicarem os Trabalhadores, por imposição do Governo. -----

----- Boas Festas para todos, pensem também nos mais necessitados.” -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia procedeu à leitura de uma Moção apresentada à Mesa, subscrita pelos seguintes membros: José Marques Vidal; Rogério Estrela; Manuel Farias e Carlos Alberto Guerra, conforme se transcreve na íntegra: -----

----- “MOÇÃO” -----

----- “Considerando: -----

----- - A medida anunciada de aumentar o salário mínimo nacional para 485€; -----

----- - Que são cerca de 500 mil os trabalhadores nesta situação; -----

----- - O acordo, em tempo estabelecido em sede de Concertação Social de aumento do ordenado mínimo para 500€, a vigorar em 2011; -----

----- - A situação de crise económica e social que vivemos; -----

----- - As medidas tomadas pelo Governo e Assembleia da República na protecção do capital

financeiro, nomeadamente das entidades bancárias; -----

----- - A existência de apoios específicos ao aumento da produtividade das empresas; -----

----- - Os sacrifícios que são pedidos a “quase” todos os portugueses; -----

----- - Os aumentos já anunciados dos bens essenciais; -----

*----- A Assembleia Municipal de Águeda reunida em 22 de Dezembro de 2010, vem por este meio **repudiar vivamente** a medida anunciada, de aumento faseado do salário mínimo nacional, em incumprimento do anteriormente acordado, constituindo tal propósito, um atentado miserável ao estado social, aos direitos dos cidadãos trabalhadores mais desfavorecidos, pondo em causa a credibilidade das instituições que nos regem.* -----

----- Solicitam assim que seja cumprido o anterior acordo, obtido em sede de Concertação Social, de aumento do salário mínimo nacional para 500€, a vigorar em 2011. -----

----- A ser enviada aos: -----

----- Presidente da República; -----

----- Presidente da Assembleia da República; -----

----- Grupos Parlamentares; -----

----- Primeiro-Ministro; -----

----- Ministro do Trabalho. -----

----- A Assembleia Municipal de Águeda: -----

----- Carlos Alberto Baptista Guerra; -----

----- José Carlos Raposo Marques Vidal; -----

----- Manuel Augusto de Almeida Farias; -----

----- Francisco Rogério Martinho Estrela.” -----

----- Colocada a Moção a discussão, o Senhor Presidente da Mesa, concedeu a palavra aos Senhores **Deputados Municipais**, que fizeram as intervenções que a seguir se tenta transcrever na íntegra: -----

----- **Deputado António Manuel Fernandes Martins – CDS-PP:** -----

----- “Vindo uma Moção destas da área afecta ao Partido Socialista, eu quero aplaudir, porque eu entendo que em primeiro lugar e antes de tudo, quem governa deve ter palavra e quando promete tem que cumprir; quando não cumpre é porque não pode. A situação presente que suporta esta Moção não é uma questão de poder ou não poder, é uma questão

fundamentalmente de vontade política. -----

----- Se percebermos que a crise, efectivamente, se acentua mais nas bases, é absolutamente ridículo discutir 25€uros, que vão parar às mãos de quem tem tão pouco, que quando lhe chega às mãos se evapora de imediato e volta a entrar na economia. Portanto, este é o circuito correcto da dinamização da economia, é pôr dinheiro na mão de quem o vai gastar, bem gasto, porque o vai gastar em bens essenciais e não em bens supérfluos. -----

----- Não sei se mandaram, antecipadamente, as Boas Festas ao Senhor Primeiro Ministro também com esta vossa posição; se não mandaram deviam mandar porque eu subscrevo, não por ele ser Socialista, mas por ser um indivíduo sem palavra. -----

----- Portanto, eu quero aplaudir e comunicar que têm todo o meu apoio neste tipo de Moção.” ---

----- **Deputado José Carlos Raposo Marques Vidal - PS:** -----

----- “Quando o Partido Socialista apresenta uma Moção deste género pode não ter influência nenhuma, mas pelo menos defendemos os nossos princípios, defendemos a nossa honra, defendemos a nossa dignidade. Quando se discute aumentos de 15€ daqueles que ganham menos em todo o mercado de trabalho, está a discutir-se algo que é miserável, como está na proposta, algo que não tem o mínimo senso de tudo o que nós ouvimos falar neste mundo em crise. -----

----- O que nós, Parlamentares do Partido Socialista, aqui vimos defender, é que haja pelo menos um assumir de uma posição, que pode não ter influência nenhuma, mas que reflecte que esta Assembleia tem pessoas dignas e que esta Assembleia tem pessoas com capacidade de lutar em qualquer momento pela dignidade humana. -----

----- Estamos a falar de indignidade e isso revolta-nos!” -----

----- Não havendo mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa colocou a votação a Moção apresentada, tendo-se verificado que a Assembleia, por Maioria, com uma abstenção do PS, deliberou aprovar a citada Moção. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu início ao Período de Intervenções Antes da Ordem do Dia, concedendo a palavra aos Senhores **Deputados Municipais**, tendo sido feitas as seguintes intervenções, que a seguir se tenta transcrever na íntegra: -----

----- **Deputado Carlos Alberto Carneiro Pereira (PFJ de Valongo do Vouga) - PSD:** -----

----- “Eu só vou fazer duas perguntas ao Senhor Presidente da Câmara, uma vez que ultimamente nós não temos tido as respostas que muitas vezes desejávamos ter. -----

----- No início do seu primeiro mandato, houve uma pessoa que vinha de bicicleta da Mourisca para a Aguieira, já dentro da zona da Freguesia de Valongo do Vouga, caiu num buraco e teve morte quase imediata. Não sei o ponto dessa situação. -----

----- No dia 8 de Janeiro de 2008, um Senhor residente em Valongo do Vouga sofreu também um acidente na Estrada Municipal, em frente ao António Pereira Vidal, o qual teve que ficar internado alguns meses e ficou inutilizado, sendo de uma família em que a sua esposa é deficiente. -----

----- No final de Janeiro desse mesmo ano, foi entregue por uma Advogada uma queixa à Câmara Municipal sobre esse assunto e passado um ano veio à Câmara e verificou-se que o processo estava na gaveta e que não teve seguimento. Nesse mesmo ano eu alertei o Senhor Presidente e disse-lhe para mandar ir lá alguém da Câmara, assim como também falei também com a assistente social, mas na realidade não foi lá ninguém. -----

----- A Junta de Freguesia de Valongo tem estado a assegurar essa família com cabazes e com deslocações para o Hospital de Coimbra, de Aveiro e de Águeda. Neste momento, o casal encontra-se de novo no hospital, com perturbações mentais. -----

----- Gostava que o Senhor Presidente da Câmara me dissesse alguma coisa sobre este caso, visto que é muito grave e são situações que se têm passado, assim como há outras. -----

----- Senhor Presidente, eu já não peço para a Câmara reduzir as festas que faz, mas peço que a publicidade que fazem com elas seja menor e que as verbas sejam encaminhadas para estes casos de primordial necessidade.” -----

----- **Deputado Hilário Manuel Ferreira dos Santos – PSD:** -----

----- “Vou ser muito breve porque hoje é uma Assembleia em que temos um Orçamento para discutir e aproveito para pedir que, em situações futuras, os pontos mais importantes subissem na ordenação da Assembleia. Eu sei que no tempo do PSD isto também acontecia, mas é verdade que os tempos vão evoluindo e nós temos que mudar; não podemos só andar a falar em mudança da boca para fora e depois a prática é a mesma ou pior. -----

----- Queria apenas fazer algumas perguntas ao Senhor Presidente da Câmara: -----

----- Em Fevereiro de 2009 foi sugerido pelo PSD, nomeadamente por mim, a proposta de criação de um gabinete de apoio aos mais necessitados. Já passaram quase 22 meses e o Senhor Presidente, na altura, disse que iria apresentar, em breve, um pacote de acções integradas nessa área. -----

----- Que acções é que já foram apresentadas ou executadas nesse sentido? Estou a referir-me a uma intervenção que foi feita pelo PSD em relação às questões sociais emergentes na altura e, cada vez mais emergentes, que temos no nosso Concelho. -----

----- Em Fevereiro de 2008, esta Assembleia aprovou, por unanimidade, a abertura de concurso público para a construção de habitação a custos controlados em Vale Domingos. Gostávamos de saber em que ponto está este dossier, visto que é uma das áreas muito importantes que nós prezamos. -----

----- Em Setembro de 2009, foi aqui discutida a questão das Conservatórias, onde o Senhor Presidente, na altura, ter-se-á referido que havia uma proposta apresentada pelo seu pai para a instalação das Conservatórias num prédio na Venda Nova. -----

----- Senhor Presidente, sabe nos dizer em que ponto é que esta proposta está? Já existe localização para as Conservatórias? Sabe nos dizer se está a ser pensada a construção de um parque de estacionamento privado nas traseiras do Cemitério do Adro com acesso directo através de uma viela paralela a um imóvel à Rua Júlio Portela, para dar resposta eventual a este tipo de instalação? É uma pergunta que o PSD deixa. -----

----- Na última Assembleia Municipal, fizemos uma intervenção sobre a questão que tem a ver com os contadores da água para os projectos contra incêndios das empresas.-----

----- Basicamente o que perguntamos é se já está alguma coisa a ser feita junto da AdRA para efectivamente se resolver esses problemas? Estou a falar concretamente da obrigatoriedade de termos contadores em projectos contra incêndios, onde esperemos que não passe uma gota de água. -----

----- Na última Assembleia Municipal, também fizemos uma questão sobre horas extraordinárias alegadamente ilegais existentes na Câmara Municipal de Águeda. Consta-se que há diversos trabalhadores que terão recebido um conjunto de horas extraordinárias que, alegadamente, poderiam ser ilegais. Na altura as perguntas que fizemos foram: Existe ou não existe? É verdade ou é mentira? Há conhecimento ou não há conhecimento? Se existe, qual foi a tomada de

decisão desta Câmara? -----

----- Vemos no Orçamento que está inscrita uma verba de 50 mil euros para a execução da Festa do Leitão. Gostávamos também de saber qual a verba que existe destinada ao Agitágueda no próximo ano? -----

----- A última pergunta tem a ver com os trilhos do Concelho. No outro dia fui fazer o trilho de Águeda e surpreendentemente cheguei a meio do trilho e até fiquei na dúvida se aquilo era um trilho, se eu tinha mesmo que passar pelo meio do rio. Penso que há ali um problema com um terreno em que o trilho estará interrompido a meio, porque há uma vedação e há uma pessoa que se diz proprietária do terreno e que as pessoas não podem lá passar. Portanto, quem quiser passar pelo trilho, ou passa pela água ou dá a volta e vai à estrada do Souto do Rio. -----

----- A minha questão é saber se há algum problema no trilho de Águeda ou não? Estes trilhos Concelhios são feitos em terrenos municipais, ou são feitos em terrenos privados, ou em ambos? Nos casos em que são feitos em terrenos privados, se os houver, existe algum documento comprovativo que a Câmara tenha que lhe permita utilizar esses trilhos? -----

----- **Deputada Nair Barreto de Carvalho Alves da Silva – PSD:** -----

----- “Permitam-me que comece por desejar boas festas nesta quadra natalícia que atravessamos. Desejo a todos os munícipes de Águeda que tenham um bom Natal e que o Novo Ano seja repleto de coisa boas, de boa esperança, embora a crise no ameace a todos, mas eu acredito na capacidade dos Aguedenses saberem fintar a crise e dar a volta à vida e sei que tenho que acreditar na capacidade dos empresários de Águeda e dos seus trabalhadores, porque não podemos esperar muito deste Governo que considera que uma pessoa que ganha 600€uros já é uma pessoa milionária e que tem que reduzir no pagamento do subsídio de natalidade e de outros subsídios que prometeu. -----

----- Também, o próprio Partido Socialista veio aqui dizer que “...não devemos acreditar no Governo Socialista porque as promessas nunca são cumpridas”. Portanto, temos que acreditar na nossa capacidade de trabalho e na nossa capacidade de dar resposta às situações complicadas que vão surgindo. -----

----- Contrariamente aquilo que se pensa, os membros desta Assembleia ficam contentes quando coisas boas acontecem e em Águeda, felizmente, acontecem coisas muito boas. Eu quero, em meu nome pessoal e como membro desta Assembleia, felicitar a Revigrés pelo prémio

Europeu que recebeu. Eu acho que com Empresas como essas Águeda só caminha para a frente. Quero também congratular-me com a Indelague que investiu mais de nove milhões de euros recentemente e quero felicitar a incubadora de empresa Mikroelement, que foi instalada na incubadora de empresa. Eu espero que consiga, rapidamente, criar asas e voar, porque é sinal que conseguiu emancipar-se e afirmar-se como uma grande empresa de Águeda. -----

Mas, eu tenho aqui pequenas perguntas para colocar ao Senhor Presidente da Câmara, assim como algumas dúvidas e sugestões. -----

----- A primeira questão é uma preocupação e está relacionada com uma pista de skate que existe por detrás do GICA. Eu considero que essa pista está numa situação perigosa, porque é precisamente no local onde estacionam os carros e eu vejo lá jovens em situações complicadas. Essa pista já está lá há uns meses; eu sempre pensei que fosse provisoriamente instalada, mas continua no mesmo local e não acho que esteja em situação de segurança. -----

----- Quanto a outra questão, que toda a gente aqui tem dito e eu quero juntar a minha voz a várias vozes e perguntando ao Senhor Presidente da Câmara se considera que as ciclo vias da cidade têm viabilidade e estão, de facto, em segurança? Das várias que eu conheço, na Holanda, na Dinamarca, na Bélgica, em cascais e em Castelo Branco, há ciclo vias que são feitas com uma modalidade diferente. -----

----- Eu estou convencida que o Senhor Presidente da Câmara, saindo à rua na zona alta da cidade, vendo a manta de retalhos que é a nossa ciclo via, também não acredita muito na viabilidade dessa ciclo via.

----- Então, deixava aqui algumas sugestões ao Senhor Presidente da Câmara: -----

----- Que todo esse esforço financeiro pudesse ser orientado para a reparação dos pisos dos passeios no centro da cidade de Águeda, que estão todos irregulares e com buracos, dificultando a mobilidade das pessoas; -----

----- Que o Senhor Presidente da Câmara pudesse investir também no rebaixamento dos passeios, em locais adequados, para ajudar no transporte dos carrinhos dos bebés e também das cadeiras de rodas; -----

----- Fazer os passeios com as passagens adequadas aos invisuais, facilitando a mobilidade dos invisuais, como já existe em muitas cidades modernas, que é a modernice que o Senhor Presidente procura; -----

----- E ainda mais, no centro da cidade julgo que devíamos orientar todo o desenvolvimento da cidade facilitando a circulação dos peões no centro da cidade. As ciclos vias são importantes e ficam muito bem nas zonas baixas e nas zonas ribeirinhas, onde as pessoas podem passear. ----

----- Uma última sugestão para facilitar a mobilidade das pessoas e até existia financiamento no nosso tempo e estava tudo orientado nesse sentido, é a compra de um miniautocarro eléctrico que circule dentro da cidade, a exemplo de Coimbra, para facilitar as pessoas idosas na sua ida ao Centro de Saúde e também ao Hospital.” -----

----- **Deputada Joana Cristina Correia dos Santos – PSD:** -----

----- “A minha intervenção vai prender-se com dois aspectos e passa também por muitas sugestões - tem a ver com o Turismo de Águeda e a fixação de jovens. -----

----- Águeda e as suas Freguesias sofrem de um problema de envelhecimento da sua população; embora seja um problema de todo o País, Águeda está acima da média dos Concelhos do Litoral. -----

----- É preciso criar condições para que os jovens se fixem em Águeda e nas nossas Freguesias. O que se tem verificado nos últimos tempos é a fuga dos mais novos para os Concelhos vizinhos. -----

----- Temos que criar medidas concretas de fixação da população activa e dos jovens do nosso Concelho, tendo em particular atenção as nossas Freguesias Serranas. -----

----- Essas medidas podem passar pela isenção do IMI aos jovens entre os 18 e 30 anos, tendo em conta critérios como o valor da habitação e a área bruta de construção; -----

----- Apoio à recuperação de imóveis degradados que existem por todo o Concelho – teríamos mais jovens e um Concelho ainda mais bonito; -----

----- Apoio à natalidade, que tem vindo a diminuir em Águeda desde 1991 – subsídios ao nascimento e apoios até o terceiro ano de vida; -----

----- Melhoria dos transportes públicos – e eu pergunto o que é que tem sido feito em Águeda na área dos transportes públicos? – -----

----- Senhor Presidente, dou-lhe os parabéns pelos caminhos pedestres e pelo trabalho na Pateira, mas as nossas Freguesias precisam de mais. -----

----- É fundamental fazer um programa de marketing turístico. Vamos apostar nas nossas praias fluviais: o Alfusqueiro; a Redonda; o rio Marnel e tantas outras. Vamos apostar nestas praias

como uma atracção turística e como um espaço de lazer. Ao consultar o guia das praias fluviais com bandeira azul fiquei com muita pena de não termos nenhuma no nosso Concelho e temos uma tão perto em Sever do Vouga, que é a Praia da Quinta do Barco. -----

----- O que será feito para aproveitarmos as valias naturais de Águeda? O Concelho de Águeda deve ter um desenvolvimento uniforme, mesmo em termos culturais. Porque não deslocar as *Sextas-Feiras Culturais* às Freguesias, aproveitando as salas e os auditórios, que temos por exemplo em Barro, Segadães, Valongo do Vouga; Aguada, etc? -----

----- Vêm aí os tempos difíceis mas, se abdicarmos de grandes obras, podemos com pouco fazer muito.” -----

----- **Deputado José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:** -----

----- “Eu venho aqui falar em nome do PSD, porque o PSD nos últimos meses fartou-se de falar no Inquérito do IGAL e numa Assembleia não falou do Inquérito; talvez porque feito o Inquérito se verificou que uma das Câmaras mais avançadas na transparência é a Câmara de Águeda. Basta compararmos os resultados deste Inquérito com os resultados das outras Câmaras que vêm na NET. Então, o PSD esqueceu-se de falar no Inquérito, porque o Inquérito diz que há erros na Câmara de Águeda; diz que há pequenos erros que devem ser apontados e que devem ser reformulados; elogia a Câmara de Águeda nalgumas situações pela clareza das suas opções e aponta uma situação ou outra em que a Câmara comete erros, o que é normal e que a Câmara tem, por obrigação, de alterar. -----

----- Em relação a esse Inquérito e desculpem-me falar não como Membro do Partido Socialista mas em termos pessoais porque agora vou falar para o Professor Martins e para o Engenheiro Hilário. Entre centenas de empreitadas, concursos, adjudicações, foram sorteadas aleatoriamente dezasseis, dessas dezasseis quatro são da Empresa Margens, que é dos meus irmãos. Dessas quatro a Câmara cumpriu todos os pressupostos da transparência; há lá uma pequena irregularidade, sanada, sem problemas nenhuns. -----

----- Eu gostaria que isto servisse um bocado de lição para todos nós, que o ataque pessoal não vale a pena; devemos atacar ideias; devemos fazer perguntas ao Senhor Presidente da Câmara, nunca a mim porque sou irmão deles; devemos questionar se houve problemas; o Inquérito revelou que não há problemas. -----

----- Desejo que nunca mais se passe uma situação destas, embora erros toda a gente possa

cometer e eu que muito vos prezo a vocês os dois, já depois de termos falado e esclarecido não gostei que trouxessem cá o mesmo assunto e da mesma forma, de outra forma aceitaria, mas da mesma forma acho que foi um bocado longe demais. -----

----- Senhor Presidente da Câmara, relativamente à situação das horas extraordinárias que vem no Inquérito que já aqui foi abordada. No âmbito do Inquérito e da resposta que foi dada, gostaria de saber quais foram as alterações que, entretanto, o Inquérito já trouxe ao funcionamento da Câmara.” -----

----- **Deputado Hilário Manuel Ferreira dos Santos – PSD:** -----

-----“Professor José Vidal, o PSD não falou hoje no Inquérito porque, como o Senhor sabe, o Inquérito foi disponibilizado aos membros da Assembleia Municipal e estes tinham o dever de sigilo sobre o mesmo. Penso que terei lido isto na própria carta que os Inspectores mandaram a acompanhar o Inquérito e por isso mesmo não abordei esse assunto. -----

----- Sobre os casos que o Senhor falou e porque os tornou públicos, vou revelar então o seguinte: O que o Senhor leu, com certeza que leu ao contrário do que eu li, porque efectivamente é referenciada a Empresa Margens. É dito, claramente, que nesta Câmara se utiliza e abusa de contratos de prestações de serviços com Empresas directas em que só há um concorrente, dando o exemplo sobre uma adjudicação feita à Empresa Margens no Agitágueda. Onde é que está o carácter de urgência evocado para ser feita essa adjudicação? Foi o que eu li no Inquérito e não me pronuncio sobre mais nada a não ser a isto e porque o Senhor se pronunciou sobre esta matéria. Mas, quando o Inquérito for definitivo, provavelmente, ele depois será publicado e teremos oportunidade de o discutir aqui. Até porque, como o Senhor bem sabe, no Inquérito faltam muitíssimas páginas que os Inspectores não mandaram para a Câmara Municipal, não foi a Câmara que as retirou, já não vieram no próprio Inquérito. -----

----- Portanto, relativamente ao Inquérito eu só me pronuncio sobre aquilo que o Senhor falou aqui e falou na Empresa Margens e eu estou a revelar-lhe o que é que lá vem escrito sobre isso para que a verdade seja clara.” -----

----- **Deputado Paulo Alexandre Guerra de Azevedo Seara (PJF de Águeda) – PS:** -----

----- “Eu vinha aqui apenas para fazer algumas sugestões ao Senhor Presidente da Câmara; uma delas prende-se com o lugar de Paredes que com a intervenção da REFER ficou, de certa forma, dividido em dois. No lugar de Paredes há um grande número de pessoas de idade que

com alguma frequência fizeram de uma superfície comercial o seu supermercado; torna-se difícil o trajecto a realizarem porque terão que fazer uma volta muito grande. -----

----- Como a legislação referente às passagens de nível é muito rigorosa, o que eu solicitava ao Senhor Presidente da Câmara era o seu empenhamento pessoal no sentido de, pelos menos, na zona do Caldeireiro se poder construir uma passagem pedonal por forma a que a população de Paredes possa circular de Norte para Sul e de Sul para Norte. -----

----- De frisar também que Paredes, sendo um lugar circundante à cidade e muito urbano, é também um lugar com características muito rurais e há um grande número de pessoas que fazem da agricultura subsistência, tendo terrenos e habitando nos lados contrários da linha. -----

----- A segunda sugestão que eu queria fazer, relaciona-se com a questão da EDP, em que há um grande número de lâmpadas fundidas na Freguesia de Águeda, assim como um grande número de lâmpadas brancas, que eu solicitava que fossem trocadas pelas lâmpadas amarelas.

----- Relativamente à intervenção que foi feita na margem Norte do rio, que é muito contestada, eu queria dizer-lhe que passei por lá e gostei do que vi. Eu estava junto à zona do antigo Posto de Turismo e olhei para o lado de Paredes e depois olhei para o lado de Águeda e fiquei com a certeza que se fosse feita a mesma intervenção na Rua Luís de Camões com abertura ao trânsito, era uma grande obra para a cidade de Águeda. Sugiro-lhe essa eventualidade.” -----

----- **Deputado António Manuel Fernandes Martins – CDS-PP:** -----

----- “Senhor Presidente da Comissão Política Concelhia do Partido Socialista, que foi à pessoa a quem eu me dirigi aqui desta tribuna e não propriamente ao Professor José Vidal. -----

----- O que eu lhe disse aqui é que *“mal dos nossos pecados se desconfiasse de si”*, mas o que lhe disse também é que o Presidente de uma Comissão Política de um Partido Político tem a obrigação de salvaguardar a imagem. O que eu disse é que relativamente à sua envolvimento constante, como nós o víamos na Empresa, dado que o Senhor era Presidente da Comissão Política Concelhia do Partido Socialista deveria ter um certo cuidado e uma certa preocupação na exposição da imagem porque isso suscita os muitos “ditos”. -----

----- Eu nunca pus aqui em causa a sua pessoa, mal de mim no dia em que o fizesse sujeito que estava a que pusessem também a minha em situações similares ou idênticas. Isso tem a ver com outro tipo de situações que podíamos chamar aqui à colação. Eu só recordava aqui que não desconfiando do gerente da empresa, mas que também está fortemente ligado ao Partido

Socialista, a primeira pessoa a fazer o Boletim da Câmara Municipal foi o Manuel São Bento e, na altura, o Boletim custou quase o dobro daquilo que custou o Boletim seguinte; mal de mim duvidar que o Manuel São Bento fosse desonesto naquilo que fez. -----

----- O problema é que quando nós estamos ligados pela via política, acho que devemos ter uma certa contenção; é essa a minha postura e enquanto for essa a minha postura eu serei assim. É preciso salvaguardar quem está ligado ao aparelho; acho que se deve salvaguardar da imagem pública, quer pessoal quer da instituição política em si. -----

----- Foi só isso que eu disse Professor José Vidal, nada mais; não há rigorosamente mais pedra nenhuma relativamente à sua pessoa, assim como relativamente a ninguém aqui dentro desta Assembleia. -----

----- Entretanto, aproveito para esclarecer o Senhor Presidente da Câmara do seguinte: o Senhor disse aqui na intervenção sobre o estado da nação, na segunda parte da Sessão, que tinha consultado a GNR e que ninguém tinha morrido na famosa rotunda triangulada em frente ao Hospital. É óbvio que não morreu lá ninguém; morreu a seguir, foram as consequências. Foi alguém que entrou a direito porque se baralhou com aquilo que lá estava e a resultado disso e de outras coisas veio a falecer. Eu não lhe disse que a GNR teria que lá ter registado óbitos porque, de facto, eles não ocorreram lá; ocorreram à posteriori. Mas fica o julgamento de cada um sobre essa situação. -----

----- Na sequência da última Assembleia, perguntava ao Senhor Presidente se já decidiu disponibilizar o espaço no site da Câmara Municipal para a oposição, de vez em quando, poder contestá-lo sem ter que estar à espera das Assembleias sucessivas e seguintes para dizer mal de si. -----

----- Relativamente à intervenção na margem Norte, o que é contestado é o dinheiro que lá foi investido indevidamente e em altura inoportuna porque, de facto, a altura não é propícia ao enterro de fundos. Eu, pessoalmente, acho que o investimento foi desadequada porque poderia ser enterrado noutra lado com mais utilidade, mas são perspectivas pessoais e por isso é que uns criticam e os outros fazem e um dia será o reverso, uns farão e outros criticarão. -----

----- Senhor Presidente, deixe-me que lhe diga que é preciso desmistificar esta questão da água, que cada vez é um tema mais importante na sociedade portuguesa e nomeadamente neste hemiciclo. Se o Senhor Presidente gosta de beber água da torneira, quem sou eu para o criticar,

mas acho que há coisas que ficam mal e se esta situação é em nome da poupança, eu devo dizer-lhe que a água para esta Assembleia custar-lhe-á a módica quantia de dezoito euros e sessenta e dois cêntimos. Senhor Presidente, não brinque connosco, mande pôr aí as garrafitas e deixemos de fazer esta história toda à volta da água.” -----

----- De imediato, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** usou da palavra para prestar os devidos esclarecimentos aos intervenientes, que a seguir se tenta transcrever na íntegra: -----

----- “Eu começava pela intervenção do público feita pelo Senhor António Augusto. Eu fui apanhado de surpresa pelo processo de reposicionamento; não sabia o que era isso e quando dei conta estava pago aos funcionários, não como reposicionamento mas como retroactivos. Posso vos dizer que tudo fizemos para regularizar uma situação que começou muito mal. -----

----- Eu não posso deixar de lamentar a tentativa de aproveitamento político que houve por parte do PSD sobre esta situação. -----

----- Na única reunião que fiz com todos os funcionários eu disse que todos em geral eram considerados uns malandros porque estavam na função pública e que eu, além de malandro, tinha um “tacho”. E era isso que eu queria que fosse desmistificado e que os funcionários da Autarquia passassem a ser conhecidos e reconhecidos como trabalhadores dos melhores que há em Águeda. Posso-vos dizer que tenho sido exigente em muitas coisas mas no sentido positivo e tenho dado condições de trabalho, condições que não existiam no passado. Eu penso que, neste momento, nós temos uma Câmara que tem os melhores rácios de número de funcionários por eleitor, por área do Concelho e também temos uma imagem extremamente positiva, sobretudo naqueles que acompanham de fora a nossa acção e isso deve-se aos funcionários que têm de mim o máximo que eu puder dar, porque estou cá para exigir mas também estou para dar o melhor que puder. -----

----- Este processo de reposicionamento começou mal, foi empolado de uma forma brutal. Tentámos corrigir e não fomos capazes. Se este processo tivesse corrido bem e estivesse tudo bem feito, eu seria o primeiro a dizer que não há aqui IGAL que venha dizer para repor e que quero que venha o Tribunal. O problema disto é que o processo está inquinado desde o início e face à forma como o processo foi conduzido, acho que seria impossível obter um despacho favorável de um Juiz, porque se o processo tivesse sido feito como devia ser, eu teria dúvidas sobre o desfecho. Aquilo que foi dito aqui pelo António Augusto sobre a atribuição de um ponto,

eu próprio tenho essas dúvidas. O problema disto é que o processo está inquinado desde o início e por isso temos grandes dificuldades em defender uma coisa que achamos que será muito difícil defender. -----

----- Não foi o PSD que inquinou o processo mas foi o PSD que levantou uma onda sobre esta situação toda, que trouxe o assunto a esta Assembleia e que fez um parangonas em termos nacionais. -----

----- Sobre os acidentes que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Valongo do Vouga falou, posso dizer que quanto ao primeiro acidente, que me recordo perfeitamente e que tomámos as devidas medidas, o Juiz mandou arquivar o processo porque não era um buraco, era uma depressão que estava na estrada e não foi considerado. Quanto ao segundo acidente, eu não conheço mas vou mandar os serviços da Câmara verificar a situação. Nós temos companhias de seguros que dão respostas a tudo aquilo que se passa em termos de acidentes e nalguns casos acompanhamos mesmo pessoalmente essas situações. -----

----- Quanto ao que falou o Engenheiro Hilário Santos relativamente ao gabinete de apoio e aos mais necessitados, eu quero dizer que a Câmara de Águeda está entre as dezassete Autarquias mais familiarmente responsáveis, ou seja, daquelas que têm políticas, não só externas mas também internas, para apoio às famílias. Para além disso, nós temos uma rede de IPSS's que funciona. Nós queremos que a sociedade que funcione e estaremos sempre atentos para actuar supletivamente relativamente à sociedade quando ela não funcionar. Posso vos dizer que estamos atentos em diferentes áreas. -----

----- Quanto à habitação a custos controlados em Vale Domingos, a empresa desistiu da construção e estamos a averiguar juridicamente se teremos direito a ser ressarcidos de alguma coisa ou não. Também posso dizer que considero que o momento não é adequado para avançarmos com um projecto desse nível até porque existem noutras Freguesias construção a custos controlados que estão disponíveis. A política da Câmara, no que se refere à habitação, apoia directamente a reconstrução de casas e apoia também as rendas das pessoas que não têm condições para pagar essas rendas. Obviamente que defendemos muito mais esta actuação do que estar a juntar as famílias todas que têm carências num determinado bairro, elas devem estar inseridas na sua comunidade e é assim que iremos continuar a proceder. -----

----- Quanto às Conservatórias, posso vos dizer que ao dia de hoje não existe qualquer

negociação entre mim e o Ministério da Justiça para instalação das Conservatórias; não sei se estão a promover outras diligências mas não me comunicaram. Estão instaladas em dois edifícios em Águeda e eu aguardo serenamente. -----

----- Quanto ao parque de estacionamento, aquilo que eu conheço é um projecto feito pelo PSD para fazer um parque de estacionamento naquelas traseiras, no tempo em que o PSD era Câmara em 2003. Posso dizer que não está nas perspectivas da Câmara fazer isto. A construção que está a decorrer na Venda Nova vai ter uma passagem inferior para dar acesso à viela que vem do cemitério, porque cada vez mais temos uma população mais envelhecida e para chegar a Igreja temos de descer para voltar a subir e uma subida bastante íngreme. Coisa que não será necessário a partir do momento em que se faça aquela passagem, ou seja, vai-se de nível até à Igreja e irá ser uma mais valia para todos quantos pretendam frequentar aquela parte da cidade. -----

----- Quanto aos contadores das fábricas, já tivemos uma reunião onde apresentámos este problema que está a ser analisado. Não temos uma resposta formal por parte da AdRA quanto a essa situação. -----

----- Quanto à Festa do Leitão é um subsídio que iremos dar e ficou consignado no Orçamento. Aquilo que eu posso dizer relativamente ao Agitágeda é que a Câmara não irá despende uma verba superior àquela que despendeu neste ano. A Câmara toma opções e a Festa do Leitão em determinada altura foi proposta como um desafio no sentido da sustentabilidade, mas não resultou. Esta Câmara faz apostas e apostámos também com a D'Orféu. Demos-lhe 100 mil euros durante quatro anos e potenciámos a sua acção. A D'Orféu não só fez um trabalho em Águeda digno de registo mas também é conhecido em todo o país. Chegou a altura de dizermos que podemos recuar no apoio, porque entendemos que o papel da Câmara é de alavancagem dos acontecimentos. As pessoas que trabalham connosco têm de provar que rentabilizam os dinheiros públicos que são investidos; é esse papel que a Câmara reserva para si e quer para o Concelho. -----

----- Quanto aos trilhos pedestres a Câmara geralmente tem autorização das pessoas e também temos com esse proprietário. O que se passa é má utilização e pessoas que entendem que por estarem no trilho podem fazer o que querem, invadir a propriedade e inclusivamente tratar mal as pessoas, isto também não está correcto. Aquilo que eu vi foi que o proprietário delimitou o

terreno com uma fita, a partir da qual as pessoas teriam que passar fora dessa área. As pessoas quando vão para um trilho vão para fazer uma caminhada, não vão para andar a passear dentro das propriedades a criar problemas a quem lá está e inclusivamente a tratar mal os donos dos terrenos. Nós acautelámos e tivemos a disponibilidade da pessoa no sentido de permitir a passagem, quando começaram a abusar o dono do terreno começou a sentir-se incomodado, porque estavam a ultrapassar os limites; as coisas têm regras e devem ser feitas com regras. ----

----- Neste momento, aquilo que eu sei é que continua a ser possível fazer a passagem, mas é bem encostado à margem do rio. Obviamente que as pessoas se sentem incomodadas quando lhes faltam ao respeito. A Câmara não comprou os terrenos, apenas negociou a passagem As pessoas que utilizam e que querem ser amantes do ambiente têm de ter atitudes correctas quando estão a utilizar espaço, quer públicos quer privados e naquele caso são privados. -----

----- A Doutora Nair falou na pista de skate, eu penso que não em havido conflitualidade porque os carros estão bastante longe daquele pista. -----

----- Quanto às pistas cicláveis que tem sido dos assuntos mais badalados neste Concelho, daqui a dois ou três anos toda a gente vai dizer que aquilo estava muito bem. Não vou falar da Holanda, da Finlândia, da Alemanha, onde é normal as pessoas andarem de bicicleta, mas posso falar de outros países onde não era normal andarem de bicicleta. Em Portugal é pouco comum andarem de bicicleta, mas posso dizer que fui agora à cidade de Nova Iorque, que há uns três-quatro anos não tinha uma pista ciclável e que neste momento já as tem. As pistas cicláveis que nós temos foram desenhadas por um dos melhores gabinetes que temos em Portugal. -----

----- As pistas são uma primeira fase de um projecto que tem a ver com uma envolvência do Concelho e com uma afirmação do Concelho numa área que também é de futuro. Águeda é conhecida pela terra das bicicletas e temos ainda algumas fábricas de bicicletas e de acessórios para bicicletas. -----

----- Uma das indústrias que está a desenvolver-se mais rapidamente no mundo é exactamente da bicicleta eléctrica. Nós temos cá condições e já fizemos uma primeira experiência no Agitágueda com resultados francamente positivos. Aquilo que nós iremos fazer na próxima primavera é lançar um sistema de bicicletas eléctricas de utilização colectiva que circularão nessas pistas. As pistas destinam-se sobretudo para dizer aos automobilistas que pode haver ali

alguém numa bicicleta e que ele deve ter mais cuidado. Isto insere-se também numa estratégia onde a Câmara está envolvida num grupo de trabalho para os modos suaves de locomoção, que tem a ver com o andar a pé e com as bicicletas. E se nós temos em Águeda uma fábrica que faz bicicletas eléctricas e que podemos potenciar e levar esta iniciativa para outras terras, nós fazemo-lo. É uma acção integrada e nós também temos isto porque temos fundos, neste momento, que nos permitem alavancar aquela obra. Isto vai nos permitir estar na linha da frente da mobilidade suave, potenciar as fábricas de Águeda que temos nessa área. Posso dizer que nós temos fábricas não só de montagens de bicicletas mas temos também fábricas que estão a fazer componentes de motor para a Bosch mandar para a Alemanha. -----

----- Posso dizer que o que se referiu sobre a ciclo via na zona ribeirinha também está prevista que tenha lá e também posso dizer que já adquirimos grande parte dos terrenos da margem sul da várzea para avançar com o parque da cidade onde as pistas também lá chegarão. -----

----- Quanto ao autocarro não está posto fora de causa mas nós temos um problema de disciplina de trânsito que iremos atacar brevemente e que iremos também falar sobre essa situação. -----

----- A Doutora Joana falou aqui na fuga dos jovens para os Concelhos vizinhos. Na realidade, durante muito tempo, jovens e menos jovens foram sobretudo para Oiã. Mas, neste momento, penso que isso está sustido. É difícil é de reverter essa tendência. Queremos ter melhores condições em Águeda para que as pessoas venham até nós. Mas devo dizer que quanto a isenções de taxas para jovens já estão todas previstas. Não é a questão das taxas que pode fazer alguém sair do Concelho. -----

----- Quanto ao marketing turístico, também já estamos a avançar. Posso dizer que temos um projecto já adjudicado com a SPI. Não é só o marketing turístico mas é o marketing do Concelho de Águeda, porque nós começamos a ter coisas que nos podem afirmar noutros lados. -----

----- Depois, a Doutora Joana disse uma coisa que eu tenho de referir. O que é que são as grandes obras? As grandes obras são aquelas para onde temos fundos comunitários, porque eu não quero nem vou deixar que Águeda passe ao lado do Quadro Comunitário de Apoio que temos. Podem pressionar de todas as formas, mas quando tenho 80% a fundo perdido para fazer uma obra, eu penso que vale a pena; se não tivesse esse fundo não pensaria em a fazer. Tudo o que está a ser feito no centro da cidade, como a margem norte, o açude, o largo 1º de

Maio, têm 80% de comparticipação. Na cidade, com dois milhões de euros eu faço obras de dez milhões e se não os gastar ali não vou fazer estradas para outro lado porque só tenho dois milhões. Aquilo que está em causa é que temos que aproveitar a oportunidade. -----

----- Nós temos dinheiro para a regeneração urbana; temos dinheiro para escolas e por isso é que temos uma fortíssima aposta nas escolas, porque temos grandes apoios financeiros para as fazer; temos também para o parque empresarial e é para aí que tem de ir o dinheiro neste momento, porque senão nunca mais voltamos a fazer este tipo de obras. -----

----- A intervenção lá em baixo na margem norte custa cerca de dois milhões de euros, mas à Câmara vai custar oitocentos mil euros. Não vale a pena fazermos aquelas obras? Vamos deixar por fazer? Nós fazemos as obras que podemos fazer e não vamos abdicar. Mas, as grandes obras deste Concelho são as escolas, em que temos sete projectos que estão a ser desenvolvidos. -----

----- Obviamente que o dinheiro não dá para tudo, embora a Câmara tenha grande capacidade de endividamento, temos que ir lá com parcimónia, porque nós queremos uma Câmara sustentável. -----

----- Quanto ao Inquérito, só vou dizer que fiquei muito contente com o relatório da Senhora Inspectora e aquilo que eu mandei logo fazer aos serviços foi dar-lhe uma password de acesso a todo o sistema informático da Câmara para ela poder consultar tudo; teve vários dias uma funcionária da informática a dar-lhe formação para trabalhar com as aplicações que temos e a Senhor Inspectora consultou tudo. -----

----- Efectivamente, encontrou algumas situações de horas extraordinárias que tinham sido pagas em excesso mas, da análise que fizemos, verificámos que grande parte daquilo que ela encontrou também resultou de um erro de análise, porque num mês foi acumulado vários meses de horas extraordinárias e por isso a situação era meramente administrativa e tinham direito àquelas horas. Há um caso ou dois de pessoas que receberam horas extraordinárias a mais e que estão a repor a legalidade. -----

----- Posso vos dizer também que antes da Senhora Inspectora ter chegado, já tínhamos introduzido mecanismos na Câmara para regulação de todos esses procedimentos. -----

----- Quanto ao que falou o Paulo Seara relativamente à passagem para o Caldeireiro, penso que faz sentido ali uma passagem pedonal. Iremos tentar falar com a CP, no sentido disso ser

possível. Quanto às lâmpadas fundidas, que é um pouco por todo o Concelho, é uma questão de pressão com a EDP. Quanto à abertura ao trânsito da Rua Luís de Camões e a continuação do projecto que vem da margem norte, entendemos que a Rua Luis de Camões continuará fechada ao trânsito, no entanto iremos analisar algumas possibilidades de as pessoas terem tempo para cargas e descargas. -----

----- Quanto à intervenção do Doutor António Martins, sobre a placa no Hospital, neste momento estão a decorrer obras no Hospital e vai ser aberta uma entrada mais em cima daquele cruzamento, o que ainda irá complicar mais aquela situação. O que se passa é que aquilo está bem sinalizado, o problema que nós temos é que durante muitos anos fizemos sempre o mesmo trajecto e agora mudar estes hábitos é que é extremamente complexo, mas há um tempo de aprendizagem e a partir daí as coisas funcionam como estão a funcionar agora. -----

----- Quanto ao dinheiro que estamos a gastar nas obras da margem norte, penso que já respondi, mas poderemos dar todos os dados. -----

----- Quanto à questão da água, não é economicismo, é sustentabilidade. Não faz sentido nós estarmos a beber água sistematicamente engarrafada. A água que nós temos nas nossas torneiras há muito tempo que é muito controlada e tem tão boa ou melhor qualidade do que aquela que é engarrafada. Nós temos de mudar os nossos princípios de vida. Nós temos uma China e uma Índia a melhorar a condição de vida da sua população, que têm aspirações e pretendem viver como nós e se viverem como nós não há terra que chegue e nós temos que ver os meios que temos. Isto é uma questão de sustentabilidade, uma garrafa tem não sei quanto de plástico que vai para reciclar, que tem uma pegada ecológico brutal e nós não precisamos disso. Há algumas mudanças que temos de alterar na nossa atitude. Eu confio na água que bebemos e são atitudes de sustentabilidade e é nesse sentido que eu, como Presidente da Câmara, devo dar o exemplo.” -----

----- **ACTA EM MINUTA** -----

----- De seguida, e não havendo lugar a qualquer outra intervenção, foi solicitado pelo **Presidente da Câmara Municipal**, que seja elaborada uma **Acta em Minuta** e aprovada no final da Sessão. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- Seguidamente, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia**, deu início ao **Período da**

Ordem do Dia, no âmbito do qual se passou à análise dos assuntos agendados para esta Sessão: -----

----- **3.1 – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUEDA** acerca da actividade municipal, bem como da situação financeira do Município, nos termos do disposto nos artigos n.ºs 53.º n.º 1, alínea e) e 68.º n.º 4, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- Ao iniciar este ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa, concedeu a palavra aos Senhores **Deputados Municipais**, tendo sido feita a intervenção que a seguir se tenta transcrever na íntegra: -----

----- **Deputado António Manuel de Almeida Tondela – PSD:** -----

----- “A dúvida que me assola é dirigida ao Senhor Presidente da Câmara, à Vereadora da Educação e ao Senhor Presidente da Assembleia. -----

----- Nas informações do Senhor Presidente da Câmara vem lá a dizer que se realizou uma reunião do Conselho Municipal de Educação, mas não me chega vir lá só isto, é preciso saber o que é que se passa lá. -----

----- No Regulamento do Conselho Municipal de Educação, que eu tenho aqui uma cópia, no artigo 5º diz que compete a esse Órgão, entre outras matérias: A coordenação do sistema educativo e articulação da política educativa do Concelho com outras políticas sociais, em particular nas áreas da saúde, da acção social e da formação e emprego; Acompanhamento do processo de elaboração e de actualização da Carta Educativa (...). -----

----- Senhor Presidente da Câmara, eu gostaria que o Senhor, que nos representa a nós, nos dissesse alguma coisa sobre esta matéria e sobre o que analisaram, porque escrever nas informações do Senhor Presidente da Câmara que houve uma reunião do Conselho Municipal de Educação, onde o Senhor tem assento, e não dizer mais nada, fico sem saber nada.” -----

----- Decorrida a interpelação, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, usou da palavra para responder ao interveniente e prestar os devidos esclarecimentos, tendo concluído o que se tenta transcrever na íntegra: -----

----- “Aquilo que eu queria dizer é que já combinei com a Senhora Vereadora para enviar a acta e vamos colocar as conclusões na Internet para todos poderem apreciar e até dar opinião, porque

não há nada a esconder e queremos dar conhecimento a todos aqueles que estejam interessados.” -----

-----**3.2 – Discussão e Votação da proposta da Câmara Municipal de Águeda de Autorização de Delegação de Competências na Junta de Freguesia de Barro, mediante realização de Protocolo – Construção do Muro para alargamento da via Prof. Aníbal**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea s), do nº 2, do artigo nº 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- Ao iniciar este ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa, concedeu a palavra aos Senhores **Deputados Municipais**, que fizeram as intervenções que a seguir se tenta transcrever na íntegra: -----

----- **Deputado António Manuel Fernandes Martins – CDS-PP:** -----

----- “Sobre esta matéria eu só queria pedir um esclarecimento ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barro. É saber se, efectivamente, o muro que vai ser feito é meramente um muro de contenção de terras e de endireitar aquela esquina que lá está ou se o muro vai intervir também na curva, que é uma curva apertada, ou seja, se vai abrir mais a curva ou se meramente só vai suportar as terras da forma que elas estão?”-----

----- **Deputado Wilson José de Oliveira Dias Gaio (PJM de Barro) – PSD:** -----

----- “Senhor Professor Martins, o muro está programado e projectado, vai ser feito um corte que esperemos que chegue aos dois metros e meio corrigindo a trajectória da curva toda até a uma zona onde estão uns contentores de lixo. Pensamos que teremos também capacidade para fazer um pequeno passeio que dará também alguma segurança aos peões. Este é um protocolo pequenino mas que vai resolver um bocadinho esse estrangulamento numa via de grande trânsito. -----

----- Aproveito para deixar também o repto ao Executivo para depois de fazermos isto, repavimentar a estrada de grande movimento, que está um verdadeiro pesadelo.” -----

----- Não havendo mais inscrições para intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo verificado que a Assembleia, por Maioria, com uma abstenção do PSD, deliberou aprovar a Proposta da Câmara Municipal de Autorização de Delegação de Competências na Junta de Freguesia de Barro, mediante realização de Protocolo – Construção do Muro para alargamento da via Prof. Aníbal. -----

----- **3.3** - Discussão e Votação da proposta da Câmara Municipal de Águeda de **Desafecção de terreno do domínio público municipal, em Carmeleiras de Cima – Águeda**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea b), do nº 4, do artigo nº 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- Não havendo inscrições para intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo verificado que a Assembleia, por Maioria, com uma abstenção do PSD, deliberou aprovar a Proposta da Câmara Municipal de Desafecção de terreno do domínio público municipal, em Carmeleiras de Cima – Águeda. -----

-----**3.4** - Discussão e Votação da proposta da Câmara Municipal de Águeda de **Alteração do Regulamento e Tabela de Taxas, no âmbito de operações urbanísticas e obras no espaço público municipal - artigo 20º**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea a), do nº 2, do artigo nº 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- Não havendo inscrições para intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo verificado que a Assembleia, por Maioria, com uma abstenção do PSD, deliberou aprovar a Proposta da Câmara Municipal de Alteração do Regulamento e Tabela de Taxas no âmbito de operações urbanísticas e obras no espaço público municipal - artigo 20º. -----

----- **3.5** – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal de Águeda de **Aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2011**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea o), do nº 2, do artigo nº 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- Não havendo inscrições para intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo verificado que a Assembleia, por Maioria, com uma abstenção do PSD, deliberou aprovar a Proposta da Câmara Municipal de Aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2011. -----

----- **3.6** – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal de Águeda de **Aprovação das Opções do Plano e da Proposta de Orçamento para o ano de 2011**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea b), do nº 2, do artigo nº 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- Ao iniciar este ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, que fez a intervenção que a seguir se tenta transcrever na íntegra: -----

----- “Ainda não era do conhecimento externo, já o PSD reunia com os Presidentes das Junta de Freguesia, no sentido de votarem contra o Orçamento, ou seja, qualquer que fosse o Orçamento o PSD estaria contra, nem que tivesse saído o totoloto à Câmara e que fizesse tudo e mais alguma coisa, a oposição é do contra. -----

----- Esta posição acho que não traz vantagens nenhuma ao Concelho, mas eu analisei a situação e eu já estive no PSD e já sei como é que pensam e quando apresentei o Orçamento para este ano já tinha tomado algumas providências. As grandes obras que nós pensamos fazer estão todas neste Orçamento. Depois, tentei indagar quais eram as consequências para a Autarquia do chumbo do Orçamento. O Concelho não é prejudicado com um chumbo de um Orçamento, portanto continuaremos a desenvolver os projectos que temos; estamos à vontade para isso e podem estar certos que iremos defender o Concelho intransigentemente. -----

----- Quero vos dizer que, evidentemente, que este Plano e Orçamento não agrada a toda a gente. Eu gostaria de ter feito outro, se não tivesse cortes das transferências Governamentais; se não tivesse estimativas de menos receitas próprias, obviamente que poderíamos ir mais longe. Mas, como eu já disse aqui, há algumas opções que são fulcrais e as quais não abandonamos, não vamos passar ao lado de outro Quadro Comunitário de Apoio. Não vamos fazer obras que não sejam participadas. As grandes obras que são faladas terão todas participação; faremos outras coisas mas são aquelas coisas indispensáveis para continuar a manter a qualidade de vida e tentaremos capitalizar o máximo de fundos para o Concelho, mas eles vêm bem compartimentados. Temos alguns projectos específicos e temos sobretudo dois que têm factura muito grande, que é regeneração urbana e contratualização. Na regeneração urbana são as obras na cidade que iremos desenvolver; na contratualização estão outras obras, como o parque empresarial, que iremos levar a efeito e que esperamos ter concluído daqui a cerca de ano e meio. -----

----- Mas, o Plano tem, obviamente, uma forte componente e um forte apoio na educação, porque as obras das escolas são fundamentais. Uma obra para uma escola nova custa dois milhões de euros em números redondos; se não a fizermos com apoios neste momento, a

Câmara dificilmente vai ter dois milhões de euros para fazer uma nova escola e nós queremos o parque escolar devidamente estruturado. -----

----- Queremos uma cidade que tenha atractividade e para isso apostámos na regeneração urbana; nos terrenos que estamos a comprar para o parque da cidade e nas obras que estão delineadas. Queremos uma cidade atractiva, defendemos isso com novos projectos. -----

----- Os Senhores Presidentes de Junta têm todos cortes das transferências do Estado; a Câmara não o fez; diminui nos seus custos de estrutura para poder manter o mesmo quadro de transferências para as Juntas de Freguesia. -----

----- Temos uma acção muito particular e muito objectiva na área social, onde reforçámos verbas.

----- Meus Senhores, em termos gerais são estas as grandes linhas do nosso Plano e aquilo que queremos fazer durante o próximo ano. -----

----- Agora, se o PSD quiser chumbar o Plano com o apoio dos Senhores Presidentes das Juntas, eu estou convicto que Águeda não é prejudicada. Mas assumam claramente e o que eu gostaria que houvesse, por parte dos Senhores Presidentes das Juntas, era a seguinte posição: *“Nós chumbamos o Plano mas não queremos as transferências que estão lá”*. Isso é que era coerência, porque era dizer *“Não concordamos com o Plano, mas o dinheiro que está lá nós abdicamos dele voluntariamente”* -----

----- Meus Senhores, era assim que eu achava que deviam fazer para terem coerência na vossa votação.” -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Mesa, concedeu a palavra aos Senhores **Deputados Municipais**, que fizeram as intervenções que a seguir se tenta transcrever na íntegra: -----

----- **Deputado Hilário Manuel Ferreira dos Santos – PSD:** -----

----- “Pelo menos conseguimos que, pela primeira vez, o Senhor Presidente da Câmara apresentasse previamente o Orçamento e que demonstrasse basicamente à população de Águeda e neste caso à Assembleia Municipal, a forma como ele encara a democracia. -----

----- Eu já tinha aqui escrito isto e a este Orçamento vou lhe chamar o “Orçamento Salazar” e vou, depois, explicar porque é que chamo o “Orçamento Salazar”. Penso que não precisava de dar mais nenhuma explicação; bastou a forma como o Senhor Presidente apresentou o Orçamento e penso que todos aqueles que viveram antes do 25 de Abril e leram alguns livros conseguirão perceber porque lhe chamo “Orçamento Salazar”. -----

----- A primeira nota introdutória tem a ver com a forma como o Senhor Presidente apresenta os seus investimentos. O Senhor Presidente disse aqui que investimos nos últimos cinco anos, cerca de quatro milhões de euros em terrenos. Eu quero dizer-lhe que nos últimos quatro anos não contando com 2010, mas com as contas que nós temos apuradas até 2009, esta Câmara arrecadou de impostos mais três milhões e oitocentos mil euros do que seria normal. Em quatro anos arrecadou exactamente o mesmo que gastou praticamente em terrenos. Só de IMI foram mais três milhões e duzentos mil euros que esta Câmara arrecadou a mais por via dos impostos pagos por nós. Portanto, esse efeito aí imediatamente justifica muitas das situações e é importante que não nos esqueçamos deste tipo de situação. -----

----- Senhor Presidente, ainda em relação à questão das ciclo vias, que estão efectivamente no Orçamento, o Senhor Presidente fez aqui mais uma explanação, mas eu quero dizer-lhe duas ou três coisas acerca das ciclo vias, que o Senhor sabe muito bem. Também sabe perfeitamente que antes de instalar as ciclo vias nas novas cidades, primeiro tem que se fazer programas de mobilidade, de desincentivação do trânsito nos centros das cidades e um conjunto de outras situações. Sabe também muito bem que as ciclo vias fazem aumentar o número de acidentes nas estradas, nomeadamente nos cruzamentos. Sabe também que as ciclo vias de sentido único devem ter entre metro e vinte e metro e cinquenta de largura. Mas sobre as ciclo vias falaremos mais à frente, porque como eu já lhe disse o que o Senhor está a fazer aqui é um processo para ganhar mais um prémio para a Câmara Municipal de Águeda, que é para o ostentar, -----

----- As ciclo vias são importantes, sem dúvidas nenhuma. Nós hoje estamos a fazer ciclo vias em Águeda, não digo que isso não seja importante. Acho que Águeda neste momento não tem o perfil ideal para isso. Nós conseguimos andar de bicicleta em Águeda, mas o que não conseguimos é praticar exercício em Águeda, porque se quisermos andar a pé ou quisermos praticar exercício em Águeda não temos sítio para onde ir; temos a Alta Vila que está e o Souto do Rio que estão desaproveitados e era importante que o Senhor Presidente fizesse uma intervenção sobre essa matéria e, se calhar, todos os Aguedenses ficariam muito mais satisfeitos, porque temos que ir para o parque da Mealhada fazer algum exercício físico. -----

----- Continuando, vamos então àquilo que eu chamo o “Orçamento Salazar” e chamo “Orçamento Salazar” essencialmente por três ordens de razões. -----

----- A primeira das razões, é pela maneira como é feito este Orçamento. Este Orçamento é feito

na cabeça do Senhor Presidente da Câmara e, efectivamente, utilizando do poder que tem, de ter sido eleito e esquecendo-se do poder que todos que aqui estão também têm de terem sido eleitos, porque o Senhor foi eleito como Presidente da Câmara para fazer o seu programa, mas temos também mais vinte Presidentes de Juntas que foram eleitos pelas mesmas populações nas suas Freguesias, para fazerem também o seu próprio programa. -----

----- Senhor Presidente, mandava a regra da boa educação e até mais do que isso, a regra do bom convívio, que o Senhor Presidente tivesse uma conversa com os Senhores Presidentes das Juntas e lhe explanasse quais os seus objectivos e sabendo da boca deles o que é que eles pretendiam para as suas Freguesias. -----

----- Da mesma maneira como o Senhor Presidente apresentou um programa ao eleitorado, eles também o fizeram; da mesma maneira que o Senhor foi eleito, eles também foram eleitos; da mesma maneira como o Senhor ganhou as eleições em Águeda, eles também ganharam as suas eleições; da mesma maneira que o Senhor tem compromissos, eles também têm compromissos. O Senhor Presidente sabe muito bem que esses compromissos têm que andar em conjunto e não desta maneira como o Senhor está a fazer, a desafiá-los a prescindirem de verbas, que são mais do que um direito deles. -----

----- Isto é uma questão de boa educação, é uma questão de civismo e é uma questão de democracia e o Senhor Presidente sabe muito bem, como pessoa em formada que é, que nós temos que ter muita atenção com estes desvarios da democracia, porque cada vez mais em Águeda existem chantagens psicológicas sobre as pessoas. -----

----- Senhor Presidente, isto é o que eu chamo o “Orçamento Salazar” e as atitudes “Salazarescas”, ao ponto de vir aqui criticar o PSD porque, previamente, reúne com os Senhores Presidentes de Juntas, várias vezes, para discutir as questões do Orçamento. Isso era no tempo antes do 25 de Abril em que não era permitida a reunião livre e hoje é permitida a reunião livre. É claro que nós percebemos que não gosta dela. O Senhor Presidente tem de entender o que é democracia, porque tem sido constantemente este tipo de atitudes dentro da Assembleia Municipal. -----

----- Segunda razão – Este é um Orçamento obscuro, pouco transparente e demasiadamente armadilhado, onde temos demasiadas rubricas genéricas para que, efectivamente, nessas rubricas genéricas o Senhor possa manter, aquilo que é a sua ideia, os Presidentes de Junta nas

suas mãos. Da maneira como o Senhor está a fazer o Orçamento, eu até acho que bastava que pusesse Receita: quarenta e um milhões e Despesa: quarenta e um milhões e... “confiem em mim que eu faço o resto”. Não era preciso pôr mais nenhuma rubrica, era mais simples e toda a gente já sabia o que se passava. Temos muitas rubricas genéricas no Orçamento, como por exemplo: apoio a construção e beneficiação de instalações e equipamentos – 340 mil euros; manutenção de arruamentos – 90 mil euros; protocolos com as Juntas de Freguesia para passeios e valetas – 120 mil euros; manutenção e conservação de estradas – 140 mil euros; pavimentação de ruas do Concelho – 600 mil euros. Só aqui temos um milhão e duzentos mil euros, nas tais verbas que o Senhor Presidente chama que estão no bolo global, mas que não estão identificadas obra por obra. -----

----- Senhor Presidente, para que é que servem estas verbas? Para andar o Senhor e a sua equipa na rua a falar com os Presidentes de Junta, de forma individual, dizendo: “se votares favoravelmente o Orçamento eu faço-te essas obras; se não votares depois se verá”, para manter os Presidente de Junta de chapéu na mão, dobrando-se perante a Câmara para que hajam obras para as suas Freguesias; sob pena se não votarem favoravelmente o Orçamento eles estarão a prejudicar as suas Freguesias. -----

----- É esta a sua intenção e sobre isto nós temos que repudiar, porque nós estamos 35 anos depois do 25 de Abril e não podemos aceitar este tipo de situações; são princípios que nós devemos manter passados estes anos todos. -----

----- Por isso, Senhor Presidente, considero também que é, mais uma vez, um Orçamento capcioso, de forma a condicionar aquelas pessoas que querem fazer obra nas suas Freguesias. Aconselho o Senhor Presidente a ler um artigo do meu colega Paulo Matos que vem nesta semana na Soberania do Povo, que talvez possa explicar isso perfeitamente bem. -----

----- Terceira razão - É um Orçamento que é feito à moda antiga. Salazar também pensava que bastava fazer a Ponte sobre o Tejo e algumas obras em Lisboa para que o País crescesse e fosse moderno e o Senhor Presidente tem a mesma visão em relação ao Concelho; quando o Senhor fala do Concelho está a falar da cidade de Águeda. -----

----- Se não vejamos, nós temos um total do nosso plano plurianual de investimentos de 27 milhões de euros, que é irrealista, e sabem quanto é que corresponde o investimento feito nas vinte Freguesias do Concelho, incluindo Águeda zona rural, não incluindo Águeda cidade de

Águeda? Nem 5% do Orçamento. Em vinte Freguesias só 5% correspondem ao total das Freguesias e isto é a forma como o Senhor Presidente vê o Concelho de Águeda; não basta vir para aqui falar no Concelho de Águeda, porque o Concelho tem que ser visto como tal. -----

----- Não está em causa que a obra da requalificação da zona norte não fique melhor para Águeda; assim como não está em causa que se gaste mais um milhão de euros na Praça 1º de Maio que não fique melhor para Águeda; etc. Não está em causa que se gaste o que se está a gastar em Águeda porque Águeda fica melhor, mas a questão que nós temos que ver é nas opções e o problema é que Águeda fica melhor e o resto do Concelho fica completamente abandonado e que tem estado completamente abandonado há cinco anos a esta parte. Primeiro era a dívida, agora são os projectos, porque há vários projectos. O Senhor Presidente falou aqui nas zonas empresariais, ele esteve numa reunião comigo na CIRA, onde ouviu o Presidente da CIRA dizer que toda a gente abandonou ou projectos empresariais, que eu discordo, mas para canalizar verbas para outros projectos. Portanto, os projectos que o Senhor Presidente apresentou são candidatáveis nas opções dele, mas há outras opções. -----

----- Não podemos olhar para Águeda de uma maneira em que tem no centro da cidade estradas de terra batida; em que temos na cidade estradas sem passeios; em que tem um Bairro da Alagoa completamente abandonado. Meus Senhores, qualidade de vida, não é só o que se está a fazer; são opções que nós temos que tomar nestas matérias e isto é muito importante. ----

----- Senhor Presidente, quando há bocado falei nos 5%, é evidente que está aí o processo das escolas, porque como sabe muito bem, estamos atrasados a fazer as escolas mas é um projecto nacional, ao qual temos que aderir. -----

----- Há bocado falou nas transferências dos Senhores Presidente das Juntas. Pois, é evidente, o Senhor Presidente transfere 570 mil euros para as vinte Juntas de Freguesia, incluído Águeda. Basta que a obra da requalificação da zona norte, que são 1 milhão e 800 mil não fosse feita, que já dava para o Senhor duplicar esta transferência durante os três anos que lhe faltam até ao final do mandato. Bastava isto; são questões de opções. É evidente que se o Senhor Presidente em vez de investir 10 milhões em Águeda puder investir 20 milhões, ficamos todos satisfeitos. ---

----- Senhor Presidente, há várias opções que nós podemos tomar, o Senhor tomou as suas opções e há opções que nós temos que olhar em termos estratégicos. -----

----- O PSD tem demonstrado, há algum tempo, que tem visões diferentes para o Concelho e é

evidente que se o PSD tem visões diferentes para o Concelho cabe-lhas apresentar como as tem apresentado e se sente que, efectivamente, não são estas as visões que o Concelho está a tomar, o PSD deve expressá-las através do seu próprio voto e é isso que nós iremos fazer. -----

----- Qual é o papel dos Presidentes de Junta aqui que passam anos sem uma única obra? Eu pergunto-lhe se algumas destas verbas já estão adjudicadas a algumas Juntas de Freguesia? Já há algum compromisso da Câmara com algumas Juntas particulares sobre verbas que estão aqui nos pacotes globais? Em nome da transparência, é importante nós sabermos isso. -----

----- Também lhe quero dizer que achamos que o ano 2011 é um ano difícil; é um ano difícil para as famílias e acho que a Câmara tem um instrumento que é a utilização do IRS que devia utilizar em favor das famílias de Águeda. Acho que nós não podemos andar a exigir só esforços aos outros e o máximo de receita para nós. A Câmara tem instrumentos para poder abdicar de uma pequena parte do seu IRS a favor das famílias de Águeda. Nós não estamos numa zona tão desenvolvida que nos permita andarmos sempre pelas taxas máximas; já o dissemos em relação ao IMI e dizemo-lo em relação ao IRS. Cobramos cada vez mais impostos, arrecadamos cada vez mais receita e acho que em momentos de dificuldades temos que dar estes sinais. -----

----- Vou terminar citando algumas das palavras que li no artigo do Doutor Paulo Matos “(...) Os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia têm por isto todo o direito a exercer o seu direito à indignação; eles são os últimos proletários mal amados e mal pagos da democracia representativa” -----

----- **Deputado Carlos Alberto Ferreira da Silva (PJF de Valongo do Vouga) – PSD:** -----

----- “O Plano de Actividades deste ano em relação a Valongo do Vouga são 75 mil euros, mas à Junta de Freguesia não incomoda nada, porque nós continuamos a dar apoio social à população, não é a Câmara, porque temos alguns municípios por detrás de nós que gostam do nosso trabalho e ajudam-nos muito. -----

----- Eu tenho colaborado com o Senhor Presidente da Câmara, votei sempre a favor do Plano de Actividades, mas hoje não posso fazê-lo. Só temos 75 mil euros no Plano, que são 35 mil euros para fazer três pontes, que faz parte do meu programa eleitoral e 40 mil para a unidade de saúde. -----

----- As estradas já andam há longos anos no Plano de Actividades desde 2004 e 2005 e continuam a vir todos os anos. Eu trouxe os ofícios que mandava para a Câmara todos os anos e

são sempre os mesmos até 2010. Este ano eu disse que como não tive direito a nada do ano 2010 que pusessem o mesmo que lá estava e que não era preciso mandar para cá nada. Então, a resposta é que para o pavilhão não temos nada; para a piscina não temos nada; para o alargamento do cemitério não temos nada, e chamo a atenção que só temos dois lugares vagos no cemitério. Quando ele estiver cheio nós trazemos os defuntos aqui para a Câmara. -----

----- Aproveito também para dizer aqui que o pavilhão e a piscina, que tanto se tem falado, começaram em 2001. Até 2005 o Plano de Actividades contemplava 1.465 contos, na altura a Câmara transferiu 495 contos, a Junta gastou lá 625 contos. Alerto que naquele tempo alcatroava-se estradas, temos água a 100% e temos saneamento na ordem dos 70%. Do ano 2005 para cá temos zero. Os Plano de Actividades desta Câmara contemplava um milhão trezentos e trinta e cinco euros; recebemos quinhentos e cinco mil euros e a Junta gastou 620 mil euros. A Junta de Freguesia de Valongo do Vouga tem sido, ao longo dos anos, muito prejudicada. Este ano puseram para a piscina 120 mil euros e no pavilhão 80 mil euros, mas não chegou lá um tostão nem para uma coisa nem para outra. -----

----- Quero também dizer que na ajudara que tiveram para a Fundação a Câmara transferiu uma média de 100 mil euros, mas a Junta de Freguesia ao longo dos dois anos arranjou 560 mil euros para a Fundação com peditórios que fizemos. -----

----- É verdade o que o Engenheiro Hilário disse, porque aqui brincasse com os Presidentes de Junta. No ano passado, na altura das eleições, alcatroou-se estradas que nem a Junta as pediu e que nem perguntaram ao Presidente da Junta se estavam bem ou se estavam mal. Agora, em Julho, foi alcatroada uma estrada que estava razoavelmente boa num sábado e num domingo, sem nosso conhecimento, e as estradas que estão à volta não estão contempladas para ser feitas. -----

----- Portanto, a Freguesia de Valongo do Vouga tem 75 mil euros e eu voto contra este Orçamento.” -----

----- **Deputado António Farias dos Santos (PJF de Agadão) – PSD:** -----

----- “Eu venho aqui falar do Plano e Orçamento simplesmente para lembrar nesta Assembleia que a Freguesia de Agadão ainda é de Águeda, não é de Mortágua. Mas, se nós formos analisar o Plano e Orçamento verificamos que a Freguesia de Agadão foi eliminada completamente do Plano e Orçamento. -----

----- Andava uma estrada em 2009 e 2010 que serve Lomba, Guístola, Guistolinha, Felgueira, Sobreiro, Lázaro, Lousa e com acesso a Mortágua. “Pressionei” o Senhor Vice-Presidente por dúzias de vezes sobre a estrada, que sempre me disse que estava num bolo, que estava num pacote, mas o pacote deve-se ter rebentado e o bolo deve ter sido comido pelos ratos cá por baixo, porque quando cheguei de Agadão aqui já não encontrei bolo nenhum e este ano nem sequer aparece. -----

----- Mas ainda há outra coisa pior: Esta semana, não constando no Plano e Orçamento a rubrica para a estrada, aparece-me em plena praça pública os dois Vereadores a pressionarem-me. Eu fiquei espantado e indignado com eles a ameaçarem-me. O Vereador João ameaçou-me dizendo-me assim: “sigam por esse caminho que vocês vão pelo caminho errado e nós governamos igual sem orçamento”. Vocês nem tiveram a dignidade de me chamarem aos vossos gabinetes para falar comigo, foi em plena praça pública. Partindo o princípio que o respeito é muito lindo, isso não se faz a um Presidente de Junta. -----

----- O Senhor Presidente disse assim “Nós fazemos obras em Águeda porque temos subsídios”, mas um pequeno subsídio que vem em 2009 para Agadão, teve que se deixar ir embora? Dois simples tanques para combate aos incêndios não os construíram; quando nós mandámos o ofício disseram que já passou prazo. Agora, podem argumentar aquilo que quiserem. -----

----- Eu estou aqui a representar a Junta de Freguesia já a caminho de vinte e um anos, sempre votei a favor dos Planos e Orçamentos. No ano passado eu disse aqui ao Senhor Presidente para não se preocupar porque apesar da Freguesia de Agadão ter poucas obras que eu ia votar a favor, mas parece que não valeu de nada. -----

----- Então, a Junta de Freguesia de Agadão determinou o seguinte: está a ponderar, porque a Lei não permite a Freguesia abandonar esta Assembleia definitivamente, simplesmente marcar presença, quando começar as votações eu ausento-me da sala e nunca mais votarei em nada. --

----- Segundo, já tive uma reunião com a Lista do PSD que está eleita em manter a Junta de Agadão, e há uma grande hipótese de nós renunciarmos à Junta. Para a semana vamos ter a reunião da Assembleia de Freguesia e vou alertar na Assembleia de Freguesia, vou alertar os Órgãos do meu Partido, que essa situação poderá acontecer. Não quer dizer que com isto estou a fazer chantagem ou pressão, porque não é essa a intenção. -----

----- Mas uma coisa é certa, e não volto a falar mais no assunto, no dia que nós resolvermos

fazer isso, eu venho à Câmara, com os meus dois colegas, entregar a chave da Junta de Freguesia ao Senhor Presidente da Câmara e aí o Senhor Presidente terá que nomear uma comissão administrativa para a Junta passar os atestados que eu estou a fazer e depois terá que convocar eleições. -----

----- Isto não vai resolver nada, mas simplesmente o Governo e o País que temos ficam a saber que houve um Presidente de Junta de 63 anos de idade, que já é avô e com 21 anos de Junta, que não admite uma falta de respeito perante a Freguesia que representa. -----

----- Nós estamos a ponderar essa situação e é muito provável que isso vá acontecer e o Senhor Presidente da Câmara que se vá preparando para tal. Como lhe disse, não é uma ameaça, é uma decisão que está para ser tomada de uma forma ou de outra.” -----

----- **Deputado Manuel de Almeida Campos (PJF de Espinhel) – Independente:** -----

----- “Em representação da Lista do Progresso e da Junta de Freguesia de Espinhel, venho aqui manifestar a minha indignação pela perseguição e discriminação que a minha Freguesia tem vindo a ser objecto da Câmara Municipal de Águeda. -----

----- Efectivamente a laboriosa Freguesia de Espinhel, que é possivelmente o maior contribuinte líquido do Concelho de Águeda, regista a mais baixa capitação de investimentos públicos recebidos. -----

----- Enquanto todas as Freguesias à nossa volta tem aumentado o número de eleitores, a Freguesia de Espinhel tem vindo a registar uma redução significativa pela falta de condições de fixação local das pessoas, que estão a procurar outras Freguesias e até outros Concelhos vizinhos. -----

----- Nos últimos 5 anos, a Câmara Municipal investiu na Freguesia de Espinhel apenas uma pequeníssima parte das receitas financeiras que, de várias formas, geramos ao Município. -----

----- Para mais um atentado contra os legítimos direitos da Freguesia de Espinhel, agora a Câmara Municipal tem como escusa de que estamos em tempo de vacas magras. -----

----- Mas acontece que para a Freguesia de Espinhel nunca houve vacas gordas. Sempre foram demasiado magras. -----

----- Dos compromissos que a Câmara Municipal de Águeda assume para a Freguesia de Espinhel, são mais as vezes que desaparecem dos Orçamentos e Planos de Actividades sem serem executados, do que são as pequenas obras executadas, como agora mais uma vez

acontece com algumas das hipotéticas obras que tem vindo a transitar de ano para ano, como é o caso dos muito degradados arruamentos centrais de Casal de Álvaro e da Rua do Valério em Oronhe. -----

----- O alargamento das Ruas de Espinhel também é para esquecer. -----

----- Senhor Presidente, que mal lhe fiz eu ou a Freguesia de Espinhel, para tanto desprezo e perseguição? -----

----- Em Junho do ano passado, a propósito da recusa de um apoio financeiro para a construção de um passeio pedonal que há vários anos vinha reclamando para servir as povoações de Oronhe e Casainho de Baixo, foi-me dada uma justificação muito significativa: “porque os nossos candidatos não iam gostar”. -----

----- Depois, certamente que pela mesma razão, não foi executada na Freguesia de Espinhel qualquer obra municipal em todo o ano de 2009, ano de eleições autárquicas. -----

----- Qual a razão de tanta desconsideração com que temos sido tratados? -----

----- Será que o nosso dinheiro é sempre pouco para investir noutros interesses, ou demasiados os votos recebidos na Freguesia de Espinhel? -----

----- Temos informações concretas de que, por detrás de tudo isto, existem fortes movimentações da politiquice rasteira de uns candidatos derrotados. -----

----- A Freguesia de Espinhel é a única que não possui quaisquer instalações autárquicas próprias, sendo que o actual e precário edifício é propriedade da Câmara Municipal, enquanto o Sr. Presidente da Câmara Municipal ou nega a transferência da propriedade para a Junta de Freguesia, ou então diz que se vai ver, mas continua tudo na mesma. -----

----- No princípio deste ano, os músicos da famosa Fanfarra Cáustica, que são todos da Freguesia de Espinhel, pediram-me para lhe facultar um espaço para sede e ensaio deste conceituado agrupamento musical. Claro está que com grande mágoa minha, não tinha qualquer espaço para lhes facultar. -----

----- Porém tendo abordado a Junta de Freguesia da Borralha, ali lhe foi dado a escolher todo o espaço que quisessem. Será que mais uma vez se confirma o velho provérbio: Deus dá o pão a quem não tem dentes? -----

----- Aliás, repetidas vezes solicitei à Câmara Municipal um apoio financeiro para adquirir um terreno anexo às instalações utilizadas pela Junta de Freguesia, de uso público mas o qual vai

agora ser vedado pelo proprietário. -----

----- Mas, contrariamente, à Junta de Freguesia da Borralha foi concedido um generoso apoio para a aquisição de um edifício próximo das boas instalações próprias que já possuía. -----

----- Tenho que dar os parabéns ao meu amigo Jorge Mendes, que é um homem cheio de sorte. Na anterior Assembleia Municipal desafiei o Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Gil Nadais, que se dignasse explicar o que pensa e o que pretende de e para a Freguesia de Espinhel, mas claro que nada respondeu de concreto.” -----

----- **Deputado Manuel Augusto de Almeida Farias – PS:** -----

----- “Já em situações anteriores eu fui denunciando, fruto de um percurso profissional e fruto de uma experiência de vida, que dedico e contextualizo o uso dos recursos à planificação, à sua inserção numa planificação estratégica. Acho que é incontornável que quando se usam recursos deva existir uma planificação em horizontes adequadamente largos para estabelecer prioridades e para desenhar opções. -----

----- Penso que uma boa parte dos elementos do PSD que estão aqui presentes também partilham exactamente esta mesma opinião, pelo menos em 1999, 2000, 2001 partilhavam. Foi por esse motivo que encomendaram à Universidade de Aveiro, mais concretamente ao Departamento do Ambiente e Ordenamento, um plano estratégico para Águeda de longo e muito longo prazo. Uma equipa larga e penso que reconhecidamente competente, liderada pelo Professor Artur Rosa Pires, durante cerca de três anos, produziu uma proposta de um plano estratégico de longo e muito longo prazo, que foi chamado “Águeda 2020” e que em Fevereiro de 2001 foi apresentado à Assembleia Municipal de Águeda e foi votado a favor por unanimidade e foi rodeado de grandes congratulações apropriadas de que finalmente Águeda poderia conhecer um percurso firme, seguindo em frente, aplicando do modo mais racional possível os recursos disponíveis para horizontes 2020, reposicionar-se o mapa regional e nacional, de modo absolutamente distinto e mais qualificativo e com desenvolvimento sustentado. -----

----- O relatório final, que foi votado e aprovado nesta Assembleia, tem cerca de oitenta páginas. Eu fui conservando isto nos meus arquivos informáticos e se alguém precisar eu estou disponível para fornecer. -----

----- Este trabalho partia de um diagnóstico porque, de facto, nós já estávamos todos de acordo que esta história de um Orçamento anual e sobretudo um ciclo de um mandato de quatro anos,

compromete muito daquilo que possa ser um desenvolvimento orientado com vistas largas, adaptado aos desafios de competitividade que nos rodeiam. -----

----- Sabemos que em todas as circunstâncias, sejam em vacas gordas ou vacas magras, nunca temos os recursos todos que são necessários. Para satisfazer todas as necessidades, todas as ambições, que são todas elas legítimas, precisamos de organizar os recursos que temos, priorizando-os de modo eficaz, que significa, muitas vezes, aceitar o sacrifício de calendarizar no tempo e no tempo, às vezes, suficientemente largo, porque há investimentos que só fazem sentido de eles forem precedidos de outros. -----

----- O diagnóstico que foi assente para a situação que prejudicava o desenvolvimento de Águeda em 2001, assentava essencialmente em quatro grandes conclusões e que tinham a ver com a perda de centralidade resultante dos novos padrões de acessibilidade, particularmente rodoviária, que já estavam desenhados ou que se estavam a desenhar; a perda do estatuto de grande entreposto comercial regional que Águeda teve durante todo o século XIX e até cerca de metade do século XX. Os efeitos distintivos que Águeda teve durante algumas décadas do século XX relativo ao pioneirismo industrial e que foi sendo perdido, foi desacelerando, particularmente foi perdendo competitividade, face à industrialização qualitativamente mais avançada que se estava a implementar e a ser captada pelos Concelhos limítrofes – está escrito nas conclusões do Professor Rosa Pires em 2001. -----

----- Finalmente, a perda da urbanidade, designadamente da cidade, que decorre de uma falta de evolução urbanística e aspectos fortemente desqualificadores das vivências urbanas, inibidores da capacidade de atracção – está escrito em 2001. -----

----- O desenvolvimento sócio económico deste Concelho passa, em larga escala, pela reapropriação de factores de distinção e das centralidades de que Águeda já tinha sido dotada e que foi deixando de ser e do reforço mútuo de Águeda útil com Águeda agradável. Está-se a referir ao Concelho e não apenas à cidade. Mas daqui parte para uma sequência de prioridades e de investimentos em que uns devem preceder outros e chega à conclusão de que é necessário criar uma cidade atractiva como factor de dinamização do Concelho. -----

----- Acontece que isto foi escrito em 2001; perdeu-se o quadro comunitário da época e pelo menos o mandato seguinte. Penso que este documentou custou 10 mil contos, que foram pagos à Universidade de Aveiro pela produção deste plano estratégico de longo e muito longo prazo.

Talvez tenha alguma linguagem que não foi entendida pelos Autarcas da época. Este desenvolvimento conceptual também não estará ao alcance de toda a gente o entender e a verdade é que foi para a gaveta. -----

----- Ao colocar a cidade atractiva como factor de dinamização do Concelho e a preceder uma série de outros investimentos no horizonte até 2020, na introdução diz-se logo que a qualificação da cidade de Águeda é reconhecida como factor fundamental para o desenvolvimento do Concelho. -----

----- Aspectos críticos que terão que ser resolvidos: a baixa qualidade e diversidade dos espaços urbanos, públicos e edificados e as carências a nível das funções urbanas, seja a nível de consumo, seja de serviços. Será necessário conferir a atractividade à cidade de Águeda, que assume inegável importância estratégica para o desenvolvimento do Concelho. -----

----- Trata-se, afinal, de um dos mais relevantes contributos para a concretização que sustenta este plano estratégico, isto é, da imprescindibilidade de um empenho da construção de uma Águeda agradável, para construir de forma permanente uma Águeda útil. -----

----- Vai apontando algumas prioridades, vai apontando algumas acções colaterais e simultâneas que tenham que ser desenvolvidas, nomeadamente a inovação dos instrumentos de competitividade. É neste documento que se fala pela primeira vez no RIC – Rede de Inovação para a Competitividade, que passou completamente despercebida no mandato seguinte e tivemos que esperar por 2006 – 2007 para passar da letra à acção. -----

----- Em resumo: eu dei por mim a reler este documento do Professor Artur Rosa Pires - plano estratégico para Águeda num horizonte de crescimento sustentado, desenvolvimento harmonioso, tornar-se mais competitiva, espaço mais qualificado, assegurar uma maior competitividade económica, porque é a partir da competitividade económica que vamos buscar todo o resto. -----

----- Penso que perdemos cinco anos, porque este plano devia ter entrado em execução em 2002 ou 2003 e agora quando leio os pressupostos e as conclusões dele, acho que a actual Câmara podia ter pegado nestes textos, exactamente como eles estão, e escreve-los como o preâmbulo do Orçamento que nos submeteu aqui para apresentação. -----

----- Obviamente que estes cinco anos que levamos de atraso para a sua implementação estão, neste momento, a pagar-se com “língua de palmo”. Perdemos um quadro comunitário de apoio

inteiro. Aquelas que seriam as prioridades em 2002, 2003 e 2004, foram deslastradas no tempo, deram origem a projectos que agora aparecem como acções de vulto, transformadoras de outros desenvolvimentos e aparecem agora em 2010. Mas essa culpa não se pode colocar. Os caminhos e as opções estão certas; são a interpretação deste plano estratégico de longo e muito longo prazo desenvolvido pela equipa da Universidade de Aveiro, liderada pelo Professor Artur Rosa Pires, aprovado e rectificado nesta Assembleia Municipal em Fevereiro de 2001, que só está agora a ser concretizado. Porque é que não terá sido antes? Talvez, neste momento, estivéssemos a falar de outro tipo de desenvolvimento a nível das Freguesias, porque já teríamos capitalizado a alavancagem que a atractividade da nossa cidade provoca em relação a todos os outros investimentos. -----

----- Só queria lembrar que uma das acções consideradas incontornáveis e fundamentais, é a promoção de projectos culturais com uma certa regularidade e dotados de um carácter diversificado e considerado como uma vertente de grande relevância para conferir maior capacidade de atracção à cidade. -----

----- Todos nós votámos nisto, inclusivamente o nosso colega Carlos Alberto de Valongo, que hoje chama-lhe “festas” mas, na altura, provavelmente estava na expectativa dele que houvesse programação cultural em continuidade, que confirmasse a identidade Aguedense e que lhe restituísse atractividade e fizesse de Águeda um centro cultural de destino. -----

----- Poderá não ser fácil para o PSD, neste momento, reconhecer falhas do passado mas, pelo menos, que assuma as responsabilidades que tem no presente.” -----

----- **Deputado António Manuel de Almeida Tondela – PSD:** -----

----- “A minha intervenção vai ser direccionada essencialmente para a área da educação até porque quando recebi o documento do Senhor Presidente da Câmara fiquei muito satisfeito porque logo nas primeiras frases da sua introdução o vi a assumir que este documento era virado para a educação. -----

----- Como sabe, ao longo destes anos que passei na Câmara como Vereador da oposição e ao longo do tempo em que estou aqui nesta Assembleia Municipal, tenho pautado por fazer uma análise crítica e ao mesmo tempo no sentido construtivo daquilo que eu acho que o Concelho merece e devia ter. -----

----- Normalmente quase que ninguém nos ouve, mas lá virá o tempo em que nos vão dar

alguma razão e digo isto porque muitas das coisas que nós vamos falando, nomeadamente nas reuniões de Câmara, hoje estão aqui e nós continuamos a achar que elas vêm tarde e que, na nossa opinião, também estão muito mal planificadas estrategicamente para o Concelho. -----

----- Mas na sua introdução, o Senhor Presidente da Câmara diz assim: “Independente da diminuição de todas as verbas transportadas para o Município continuamos a garantir a prestação de serviços. Consideramos fundamentais: transportes escolares (...)”, eu aqui dou os meus parabéns à Câmara porque tem o potencial de financiar os transportes escolares não a 3km como determina a Lei mas para 1,5km e esta prática é de saudar. Acho que também já era costume o PSD fazer isso. -----

----- Senhor Presidente, a minha primeira pergunta nesta questão dos transportes é: Está satisfeito com aquilo que a Câmara está a fazer nesta matéria? -----

----- Senhor Presidente, também diz no seu documento que a Câmara está apostada em incentivar projectos de referência e de excelência. Valongo do Vouga, como sabe, tem um projecto nesta matéria de transportes, que foi recentemente referenciado pela DREC como um trabalho excelente. Eu tive conhecimento que a Junta de Freguesia, em função das verbas que vem a receber para este serviço, pensa em abdicar dele. Por isso, daqui lanço o pedido ao Senhor Presidente da Junta para que não o faça. Neste momento, é um serviço de excelência, é um serviço de referência, é um serviço que merece todo o apoio da Câmara Municipal nesta matéria. Senhor Presidente, não estou a falar de verbas, só estou a perguntar se não concorda comigo que este até é um serviço que devia ser alargado a outras zona, no sentido de quando se faz bem deve ser apoiado? -----

----- Depois, falasse também na continuação de assegurar a realização das AEC's; eu não quero falar na parte financeira porque não é a minha área, mas quase de certeza que estes 600 mil euros são para pagar ao pessoal, porque para material estão 6 mil euros. -----

----- Senhor Presidente, eu acabo de fazer reuniões esta semana nas minhas escolas e nas escolas com os colegas dos outros Agrupamentos, lamento dizer-lhe que quanto às verbas para os materiais, a Câmara receba cá os pedidos, mas há cerca de dois anos que praticamente não vai material para as escolas. O último material que foi para as AEC's, reporta-se a umas pequenas bolas de ténis, a umas bolas de futebol e a pouco mais. Isto que estou a acabar de dizer podia ter sido constatado pelo Senhor Professor José Vidal, que é inclusivamente o

Coordenador na parte vertical da actividade física no meu Agrupamento e que pode consultar a acta dessa reunião para ver se estou a dizer alguma mentira. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente também diz que aposta na educação e na implementação de projectos diferenciados nas Freguesias, o que eu acho muito bem e estou 100% de acordo. Também nesta matéria a Junta de Freguesia de Valongo do Vouga tem um serviço excelente, que tem a ver com o serviço que se está a prestar na matéria de apoio às crianças com necessidades educativas especiais e à atenção e acompanhamento de problemas psicológicos. Têm uma psicóloga na Junta de Freguesia e o Senhor Presidente sabe perfeitamente qual é a validade que tem um psicólogo no terreno nestes primeiros anos de ensino. A despistagem que aqui se pode fazer; o acompanhamento que cada vez mais tem que se dar a estas crianças é uma mais valia. Daqui, volto a questionar o Senhor Presidente da Junta de Valongo se é verdade que pensa tirá-la das escolas? Não faça isso, porque as crianças são uma garantia da nossa Freguesia e do nosso Concelho e merecem todo este apoio; merecem que alguém se dedique a apoiá-las. -----

----- A seguir, no Plano aparece a aposta na construção dos Pólos Educativos. Senhor Presidente, sei que estamos aqui a falar do futuro mas não nos podemos seguir no futuro sem pensar neste presente. -----

----- Ao longo deste ano, como sabe, estão a ser realizadas obras na Escola Fernando Caldeira. Está ali o Professor José Vidal que é Professor dessa Escola e ele já teve indicações para mudar de edifício em Setembro, em Novembro, em Dezembro, passou para Janeiro e, se calhar, não será Janeiro. Chama-se a isto planificação estratégica? Não sei, mas pergunto como é que isto se passa? Também, estive numa festa na Borralha, a convite dos meus colegas, onde muito bem ouvi o Senhor Presidente de Junta, homem atento aos problemas da sua terra, a explicar às pessoas porque é que os Professores não vão mudar de instalações para uns pavilhões agora em Dezembro, como estava previsto, para arrancar o Pólo, que o considero fundamental e, se calhar, ser um dos primeiros a serem construídos, como disse aqui a exemplo da Trofa. Passou de Dezembro para a Páscoa, porquê Senhor Presidente? Na Páscoa vão faltar 27 dias de aulas lectivas, não vale a pena quando as crianças estão a entrar em provas. Então, é preferível esperarmos para Junho. Mas eu questiono porque é que estas situações são assim? Quais são as razões que nos levam a fazer esta situação? Também já sabemos que o Senhor Presidente

não sabe dizer onde é que vai ficar o Pólo da Pateira. Mas já agora, uma pergunta: O Pólo de Águeda Sul onde é? Quando é que vai ser? Porque é que tem 5 mil euros no Orçamento? -----

----- Senhor Presidente, tal e qual a exemplo de outras situações, deixava-lhe aqui algumas sugestões que eu gostaria que apoiasse bastante. Gostaria que apoiasse seriamente todas as Juntas de Freguesias e todas as entidades que quisessem colocar nas Escolas recursos humanos especializados, como psicólogos; terapeutas da fala, fazem tanta falta nas Escolas; assistentes sociais, que neste momento têm que debelar alguns problemas sociais que existem nas Escolas. -----

----- Não haja dúvidas que a Câmara tem feito algum trabalho nesta matéria, mas não chega. Eu não sou apologista do que disseram aqui das festas e fico satisfeito por Águeda ter apostas culturais. Mas, como me ensinou o meu pai, às vezes, há momentos para nós abdicarmos de certas coisas em favor daqueles que vão fazer o futuro desta terra e o futuro desta terra passa pelos jovens, pela educação, por criar situações para que eles no futuro não sejam segregados. Neste momento, nós temos muitos jovens naquela fase considerada do “nem”, nem trabalham, nem estudam, nem têm respostas de emprego, nem têm condições para pensar num futuro melhor. Compete-nos a nós, políticos de Águeda, termos em atenção estas situações. -----

----- Finalmente, fazia-lhe outro pedido, dentro das Actividades de Enriquecimento Curricular tenha um projecto vocacionado nomeadamente para a utilização exclusiva das piscinas vocacionada para o ensino da natação no 1º Ciclo. É uma das apostas que Águeda podia fazer Lanço aqui o repto ao senhor Presidente da Junta e à Senhora Vereadora, para que as crianças saiam dentro de uma Escola que não têm condições para lá estarem até às sete horas da noite. Se calhar, com uma piscina ao lado podíamos ter a rentabilização desse espaço e melhores condições. -----

----- Por último, desejo a todos um santo e feliz natal e um ano de 2011 muito bom para todos nós, dentro das limitações que, se calhar, vamos ter que nos ajustar.” -----

----- **Alcides de Jesus (PJF de Lamas do Vouga) – PSD:** -----

----- “Senhor Presidente, venho aqui manifestar a minha posição de que não estou satisfeito com este Orçamento, porque há cinco anos a esta parte tem vindo no Plano de Actividades referente a Lamas do Vouga algumas coisas que até eram boas, como por exemplo, durante dois anos vieram 100 mil euros para saneamento, mas o saneamento foi embora e fiquei sem nada; veio

durante dois anos o empedramento de uma rua para o Cabeço do Vouga, também foi embora e fiquei sem nada; num ano veio 35 mil euros para fazer o parque de lazer junto ao Marnel, que também foi embora. Por isso, eu não estou nada satisfeito e penso que o Senhor Presidente da Câmara Municipal não nos respeita ou anda a gozar. -----

----- Também quero lembrar que a Freguesia de Lamas do Vouga, assim como outras, é prejudicada relativamente à Educação, porque segundo o que está previsto é que vai perder a Escola Primária. Reconheço e estou de acordo que não tem capacidade para continuar lá com a Escola, mas a Câmara Municipal devia de ter um bocadinho de atenção e ir beneficiando noutros aspectos e tal não acontece, antes pelo contrário, cada vez a situação está pior. -----

---- Agora, eu pergunto: Como posso eu, como Presidente de Junta, representar o povo de Lamas do Vouga? Será que foi uma asneira muito grande ter-me recandidatado? Se calhar, foi.”

----- **Deputado Paulo Alexandre Guerra de Azevedo Seara (PJF de Águeda) – PS:** -----

----- “Eu estou ali na cadeira farto de dançar, porque não sei se hei-de estar feliz por ser um homem influente ao ponto de conseguir tanto dinheiro para o centro da cidade ou se hei-de estar triste. Eu tenho noção do que a Câmara me vai dar, mas a noção que eu tenho, penso que é a noção que todos os outros Presidentes da Junta têm e verdadeiramente também não estou contente com aquilo que vem para a Freguesia de Águeda e gostava de ter uma psicóloga e prestar um serviço de excelência na Educação, mas nunca fui subsidiado pela Câmara para a ter. -----

----- Depois, lamento que colegas meus que se dizem altamente prejudicados, vêm aqui falar em certos números e não consigo perceber como é que ouvi falar aqui em um milhão e tal euros e dois milhões e tal euros para uma Freguesia. Eu acho que comigo nunca falaram numa obra que ultrapassasse os 100 mil euros. -----

----- O Engenheiro Farias referiu aqui o tal documento primordial para o desenvolvimento e para afirmação de Águeda no Concelho, era o tal plano estratégico, que foi feito no tempo do PSD, foi aqui debatido no tempo do PSD, foi aqui aplaudido e era por aí que se devia seguir. Falava claramente numa aposta da cidade, que eu penso que é importante. -----

----- Quanto ao dinheiro que vai ser investido na cidade, também me dava a mim muito jeito se algum bocadinho desses milhões fossem investidos na zona mais rural da Freguesia. Contudo, temos que terá alguma honestidade intelectual e dizer ao Senhor Presidente da Câmara que fez

muito em candidatar-se e conseguir ir buscar dinheiro à Europa para ser investido em Águeda. E que o actual Quadro Comunitário de Apoio dá para ser investido nestas áreas e neste tipo de obras. -----

----- Lamentavelmente, Senhor Presidente da Câmara, a Freguesia de Águeda no seu todo, infelizmente, mais uma vez, não tem 70% do saneamento. O problema é que no tempo útil e na altura em que a Câmara Municipal se podia candidatar ao saneamento não o fez. -----

----- A Freguesia de Águeda não tem 70% de saneamento; não tem um campo de futebol relvado; tem grandes carências e grandes lacunas que fazem a cidade pouco atractiva. -----

----- A Câmara está a recuperar e a revitalizar o nosso rio que é único; está a investir na Pateira; está a fazer-se um parque industrial de raiz; está a requalificar-se o rio Vouga. -----

----- Eu penso que no Plano e Orçamento, para além das transferências que são realizadas para as Juntas de Freguesia na delegação de competências, há mais 325 mil euros para protocolos. Para além disso há uma rubrica genérica de 120 mil euros destinada apenas às Freguesias. É óbvio que eu não estou contente com o dinheiro que a Câmara Municipal transfere para a Junta de Freguesia de Águeda, gostaria de muito mais. É óbvio que se a Câmara me desse 700 mil euros eu saberia onde os iria investir em todos os lugares da Freguesia, mas sei que não é possível. Eu também estou muito chateado com o Governo Central porque em vez de 128 mil euros também mandou 118 mil euros, são menos 10 mil euros que tenho para gerir. -----

----- Os tempos são difíceis e as opções têm que ser tomadas pelo Senhor Presidente. A Freguesia de Águeda tem sido prejudicada ao longo dos anos. Eu já discuti isso por diversas vezes, não só com os meus colegas mas também com a Câmara Municipal e votar contra o Orçamento porque eu vou receber muito menos dinheiro que o ano passado, penso que não é uma forma correcta de estarmos aqui. -----

----- Devemos apresentar claramente as nossas discordâncias, eu apresento as minhas. Devemos discutir os caminhos e os rumos. Não devemos fazer aqui coações ao Executivo, começando por entrega de chaves e coisas do género. Eu discordo de um cem número de coisas que se passam na cidade e já o disse publicamente sem problemas nenhuns mas, em simultâneo, também temos que dizer o que está bem e que na realidade foi feito em todas as Freguesias. Eu acho que era muito importante que todos nós fossemos visitar as Freguesias uns dos outros e que fossemos ver quais são verdadeiramente carenciadas e que tipo de carências

têm e, se calhar, íamos ter grandes surpresas pelas discrepâncias que existem entre as Freguesias. Se conhecêssemos melhor o que se passa no Concelho todo, se calhar, nós podíamos ajudar o próprio Executivo a fazer um investimento mais correcto e mais direccionado para onde há carências e necessidades. -----

----- A Junta de Freguesia de Águeda vai votar a favor, da mesma forma que aqui afirmo que se entendesse que o Plano e Orçamento não fosse bom para o Concelho, eu votaria contra sem problema nenhum.” -----

----- **Deputada Joana Cristina Correia dos Santos – PSD:** -----

----- “Eu irei votar contra este Orçamento, porque o PSD tem uma visão diferente para o desenvolvimento do Concelho, que passa por um desenvolvimento sustentável do Concelho. -----

----- Eu quando estive a ler o Plano achei particularmente graça mencionarem o modelo Triple Helix e de acordo com este modelo a inovação de uma região – sector resulta da coordenação de diferentes mecanismos e instituições sociais, que passam pelas indústrias, escolas, universidades e órgãos públicos e que a evolução e sucesso competitivo de uma região é determinada pela capacidade de ver e determinar o que faz melhor, definir em que tem mais capacidade e uma visão global de toda a região. -----

----- O que o modelo diz é que é que para mantermos uma região com taxas apreciáveis de crescimento e competitividade ela tem que estar intrinsecamente ligada uma com a outra, ou seja, todas as zonas da região, neste caso do Concelho, têm que estar desenvolvidas comparativamente e da mesma forma. -----

----- Eu continuo a defender que se fazem grandes obras, algumas delas não ponho em causa que sejam para a cidade, ao abrigo do Quadro Comunitário de Apoio, mas também esse mesmo Quadro podia ser aplicado em outras obras e não só nas áreas onde estão a ser aplicadas. -----

----- A grande questão que eu coloco aqui e que vinha mencionado também no Plano é que vão ser feitas obras diferenciadas nas Freguesias e eu gostava de saber quais são exactamente essas obras e se foi perguntado aos Presidentes das Juntas, que são aqueles que convivem com a população que diariamente colocam os problemas, quais são as obras diferenciadoras para essas populações? Se, por exemplo, em Valongo do Vouga, se fizer renovação ou construir um novo Centro de Saúde, provavelmente é uma obra diferenciadora para Valongo; se nada se fizer, esses 45 mil euros não é diferenciador, porque Valongo do Vouga é uma Freguesia, como

muitas em Águeda, que sofre de um envelhecimento e que, neste momento, o Centro de Saúde não é suficiente para as necessidades daquela população. -----

----- Outro exemplo de Valongo do Vouga tem a ver com as estradas do campo, que são fundamentais. Neste momento, em Valongo não existe nenhuma deslocação rápida ou boa para a cidade de Águeda e para Aveiro, porque nas estradas do campo não passam dois carros e as estradas estão cheias de buracos e eu não sou só defensora do alcatrão; sou defensora de um desenvolvimento sustentável e equilibrado do Concelho.” -----

----- **Deputada Nair Barreto de Carvalho Alves da Silva – PSD:** -----

----- “Eu não era para vir cá fazer nenhuma referência em especial até ouvir a intervenção do Manuel Farias, que veio ler o Plano Estratégico e depois fez afirmações de uma forma insolente e até afirmações gratuitas, que o Plano Estratégico foi lido pelo PSD e que o PSD não entendeu nada do que lá vinha, pelo menos foi o que aqui afirmou. -----

----- Eu recordava apenas que o Plano Estratégico que foi mandado fazer pela Câmara PSD, que foi um Plano concedido, realizado e tomado como guia para as acções que a Câmara passou a tomar a partir de então. -----

----- Afirmou e afirmou bem, as prioridades da época eram as preocupações da Câmara e quais eram essas prioridades? Saneamento; a água; o investimento nas Freguesias e também na cidade. -----

----- Infelizmente, hoje, vão fazer obras em obras que foram financiadas pelo Quadro Comunitário de Apoio da época. -----

----- Portanto, a Câmara Municipal esgotou sempre todas as verbas que existiam do Quadro Comunitário da época para determinadas áreas. -----

----- Agora, fez outra afirmação com a qual concordo: “Perderam-se cinco anos! Cinco anos e quê? Da implementação do QREN; o Quadro de Referência Estratégica Nacional, que é o que esta em vigor e que é de 2007 a 2013 e pelo Plano que nós temos presente que vão ser feitos, vão ser feitos precisamente em obras que foram financiadas anteriormente pelos Quadros Comunitários anteriores. -----

----- Portanto, é preciso ter consciência naquilo que se afirma. Eu até estava convencida que o pavilhão e a piscina de Valongo já estavam concluídos, que eram obras também financiadas e preocupadas com a Câmara do PSD. Eu pensava que as obras estavam concluídas, pelos vistos

nem tão cedo vão ficar concluídas. Foram iniciadas no nosso tempo e tinham que ter continuidade e parece que nunca mais investiram nas obras. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara fez uma afirmação muito curiosa: “Eu já fui do PSD, já sei como pensam”. Quer dizer que todas as pessoas do PSD pensam da mesma maneira, será isso que quis afirmar? E os do PS como é que pensam? Não pensam todos da mesma maneira? -----

----- Este Plano é, de facto, um Plano que é fraco, que é pouco ambicioso, que vai investir em obras que já estavam feitas e refazer obras para tornar a fazer. -----

----- Eu achei curioso no Plano dizer assim “Nós até reduzimos de 3Km para 1,5Km o apoio nas deslocações das crianças...”. Eu recordo que essa iniciativa foi tomada pela Câmara PSD e ainda mais, porque nós na altura tínhamos uma grande preocupação com a parte social e com o equilíbrio nas apostas que fazíamos. -----

----- O Governo só prometia uma auxiliar para duas salas dos Jardins de Infância, então, nós deliberámos na Câmara que por cada sala tinha que haver uma auxiliar da acção educativa. -----

----- Portanto, são todas iniciativas que também foram da nossa época, mas nós não gostamos de falar do passado. É preciso é andar para a frente; é preciso fazer avançar o Concelho. -----

----- Eu, infelizmente, penso que o Concelho está a perder a olhos vistos. Como é que podemos centralizar os investimentos todos na cidade e dizer que estamos a promover o desenvolvimento sustentável e equilibrado do Concelho? Não pode, porque para o desenvolvimento equilibrado no Concelho é preciso investir nas Freguesias. É importante as Freguesias desenvolverem-se de uma forma equilibrada; é que dão o brilho à cidade e dão o equilíbrio e a forma boa para que as pessoas se sintam bem nas Freguesias e se sintam bem também na cidade e não é isso que esta Câmara está a fazer. -----

----- Eu só queria recordar um ponto: comprar terrenos não faz parques empresariais; comprar terrenos é comprar terrenos. Ainda falta a parte mais difícil que é investir nas infra-estruturas e que nós temos a consciência que nós vamos necessitar de milhões de euros para investir nas infra-estruturas do parque empresarial. Portanto, é preciso ter cuidado quando dizem que já temos um parque empresarial de iniciativa Camarária, alto lá! Quando tivermos as infra-estruturas todas, então sim temos um parque empresarial, por enquanto só temos terrenos. -----

----- Penso que este Orçamento não me dá o sentido de desenvolvimento do Concelho para que eu possa votar favoravelmente nele, não porque pensemos todos da mesma maneira mas

porque, de facto, é um Plano e Orçamento muito fraco.” -----

----- **Deputado José Manuel Gomes de Oliveira – PSD:** -----

----- “Todos os anos, mesmo nos mandatos do PSD, debati sempre para que o bolo que é transferido para as Juntas de Freguesia fosse cada vez maior, porque tenho experiência e sei as necessidades que as Juntas de Freguesia têm. O bolo continua a ser mais ou menos igual e as Juntas de Freguesia continuam a ter muitas dificuldades para gerir o seu dia-a-dia. -----

----- Vem o Senhor Presidente dizer que também vai receber menos verbas, mas também lembro que o IVA vai subir para 23%. Portanto, eu acho que era importante para o próximo ano estar atento a isso e, se calhar, abdicar numa obra no Concelho e aumentar esse bolo. -----

----- Em relação ao votar o Plano, pergunto que rigor é que têm estes Planos? Vou dar como exemplo os arranjos exteriores à casa mortuária de Aguada de Cima, obra que vem no Plano de 2008 e 2009, desaparece em 2010 e aparece em 2011. Eu não tenho explicação para isto. Será que vão executar a obra este ano? -----

----- Quero dar os meus parabéns ao Engenheiro Hilário pela frontalidade e pela responsabilidade que teve aqui perante o Senhor Presidente da Câmara, bem como ao Engenheiro Manuel Farias pelo empenhamento que teve aqui em enfrentar as pessoas, porque aqui é que é o lugar político para se enfrentarem as pessoas e dizerem-se as coisas. -----

----- Em relação ao parque empresarial, o Senhor Presidente disse hoje aqui que daqui a ano e meio que teria parte das infra-estruturas feitas, mas quem é que se acredita nisso? -----

----- Quero também dizer ao Senhor Presidente que é altura de parar de falar no meu nome, publicamente, sobre o parque empresarial. Gostaria de saber qual é a condição que lhe dá para dizer numa rádio local que se eu tivesse conhecimento da aquisição dos terrenos, que já não se fazia o parque empresarial, quando eu nos últimos vinte anos sempre participei nas obras maiores da Freguesia de Aguada de Cima, politicamente e individualmente e nunca ninguém me tirou o crédito.” -----

----- **Deputado Carlos Alberto Ferreira da Silva (PJF de Valongo do Vouga) – PSD:** -----

----- “Não é usual eu fazer isto, mas venho aqui dar resposta ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Águeda, porque eu nunca falei em Junta nenhuma directa ou indirectamente. O Senhor Presidente governa-se com o dinheiro que recebe e eu igualmente, embora receba mais 40% do que nós. -----

----- Com respeito à psicóloga contactei a Câmara por causa da psicóloga e alguém com responsabilidade mandou-me fazer uma carta dirigida ao Senhor Presidente da Câmara e até hoje estou à espera da resposta. -----

----- É óbvio que a psicóloga está a tempo inteiro no 1º Ciclo em Valongo do Vouga e custa na ordem dos 28 mil euros por ano e é a Junta de Freguesia que lha paga a 100%. Mas penso que também tínhamos o direito de receber um subsídio da Câmara Municipal; deu apenas 3 mil euros num ano e nunca mais deu nada. -----

----- Também alerto que fazemos o transporte, recebemos 45 mil euros da Câmara Municipal e concedemos o resto, que nos custa na ordem dos 120 mil euros por ano.” -----

----- **Deputada Carla Eliana da Costa Tavares – PS:** -----

----- “Eu estive na minha Assembleia de Freguesia e realmente fiquei preocupada porque me foi dito que o Orçamento da Câmara para este ano não previa nenhuma verba para a Freguesia de Óis da Ribeira ou pelo menos não se sabia bem aquilo que previa. -----

----- Depois disso eu questioneei o Senhor Presidente da Câmara e foi-me explicado que não, que previa não só as transferências normais que são feitas, mas também que havia a possibilidade, de mediante celebração de protocolos, poderem ser transferidas verbas para todas as Freguesias. -----

----- Eu tenho estado a ouvir aquilo que os Presidentes de Junta têm estado a dizer acerca do Orçamento e pode ser coincidência, mas os Presidentes de Junta que aqui hoje intervieram para falar do Orçamento e para manifestar o seu voto contra, este é o seu último mandato, ou seja, também não terão que prestar contas aos seu eleitos, ou pelo menos, não lhes será questionada esta sua posição. -----

----- Daquilo que eu também ouvi, parece-me que estamos a arranjar uma desculpa para estarmos a querer “pôr abaixo” este Orçamento da Câmara, que não é um Orçamento fraco. É um Orçamento de contenção e que visa algum racionamento de meios e é isso que nós temos que analisar, porque na verdade as obras que estão previstas no Concelho não são assim tão poucas. Eu chamo a atenção também para o que foi dito pelo Professor Tondela, porque na área da educação Águeda apresenta um investimento praticamente único no Distrito e Águeda também é dos poucos Concelhos do Distrito de Aveiro que vai ficar com um Parque Escolar quase que totalmente renovado e isso também é obra e isso também deve ser reconhecido a

este Executivo, porque comparando o Parque Escolar de Aveiro é uma miséria. Nós, nesse aspecto, somos uns privilegiados e isso deve-se ao facto deste Executivo estar atento e atempadamente ter apresentado as devidas candidaturas ao QREN. Não se perderam cinco anos; as candidaturas foram apresentadas; nós temos obras que já estão lançadas e daqui por uns anos realmente vamos ficar com um Parque Escolar excepcional no nosso Concelho e devemos todos estar gratos a este Executivo por isso. -----

----- Agora, dizer-se aqui que este Orçamento é pouco ambicioso, não concordo. Estamos em tempo de contenção e acho que este Executivo encontrou uma forma também de fazer os Senhores Presidentes de Junta trabalharem a apresentarem propostas e depois falarem com o Executivo e é por aí que se tem de ir. -----

----- Com todo o respeito e consideração que os Presidentes de Junta me merecem, eu acho que está do vosso lado a vontade de realmente fazer alguma coisa; está do vosso lado a oportunidade de fazer alguma coisa pelas vossas Freguesias e eu sei que vocês sempre quiseram e querem o melhor para as vossas Freguesias e tenho a certeza que não vão deixar fugir esta oportunidade de, à semelhança daquilo que têm feito até aqui, lutar mais uma vez pelas vossas Freguesias e pelo bem estar das suas populações.” -----

----- **Deputado Paulo Alexandre Guerra de Azevedo Seara (PJF de Águeda) – PS:** -----

----- “Caríssimo colega Carlos Alberto, não vim atacar a Freguesia de Valongo nem o Presidente da Junta. Apenas é difícil eu perceber como é que consegue angariar tanto dinheiro para uma Instituição, tanto quanto eu tenho de Plano e Orçamento para o ano inteiro. Vim aqui demonstrar a minha indignação, quando afinal se fala com tanta ligeireza em números tão altos, que eu próprio não os consigo entender. -----

----- Recordo-me dos outros Plano e Orçamentos e também sei compará-los com este e alguém que diz que este é o primeiro Orçamento que vai votar contra, deveria fazer um exercício de memória e perceber como é que eram os outros Planos e Orçamentos e onde é que se gastava tanto dinheiro em coisas sem utilidade, dinheiro esse que se eu tivesse em meu poder faria obras como algumas que tenho feitas e que têm utilidade. Portanto, a análise tem que ser clara, precisa e sem cartas na manga.” -----

----- **Deputado Manuel Augusto de Almeida Farias – PS:** -----

----- “Penso que estamos todos de acordo sobre a bondade do Plano Estratégico Águeda 2020,

aprovado em 2001 e que é capaz de ser útil lermos este Plano e Orçamento anual à luz desse Plano Estratégico. -----

----- Então, eu gostaria de contribuir para dissipar um bocado o nevoeiro que anda por aqui. No contexto de todos os instrumentos e de todas as hierarquizações e precedências que são estabelecidas no Plano Estratégico e nos seus vectores essenciais, nós estamos a discutir um conjunto de investimentos por um período de 365 dias e que estamos a tentar entender num projecto que acreditamos que não tenha interrupções e que está em curso para uma execução que possa ir até 2020 ou mesmo depois. Serão provavelmente decisões e opções difíceis e corajosas terem as prioridades que têm. -----

----- No nosso entendimento do senso comum, poderemos pensar que nestes próximos 12 meses os investimentos vão ser concentrados ali e isso não é crescimento sustentado. Quem disse que havia de haver uma priorização de alavancas que devem ser dispostas antes de outros movimentos, foram especialistas do Ordenamento do território, são académicos que estudaram os assuntos a sério. -----

----- Eu gostava de chamar a atenção na inserção e no contexto do Plano Estratégico, que hoje estamos apenas a discutir uma priorização de investimentos para um ciclo de 365 dias. -----

----- Depois, gostaria também de dissipar um pouco do nevoeiro em torno dos Planos Comunitários de Apoio. O actual QREN que está em curso é de 2007 a 2013. O tempo comum normal, havendo eficácia nas acções de entre o projecto e a candidatura, são de dois a três anos. Significa que de 2007 a 2010 decorreram dois a três anos. Quando o actual Executivo no mandato de 2005 e 2009 não teve apoios financeiros, não teve projectos apoiados para executar obras, essencialmente as que agora vai executar, é porque antes não havia candidaturas que estivessem aprovadas para serem executadas. É óbvio, que no período de 2005 a 2008-2009, apesar das cheias todas do rio Águeda foi seca em Águeda; foi seca financiada continuada no que respeita a apoios comunitários, que vêm de dois a três anos antes, que é o prazo normal entre o projecto e a candidatura. -----

----- Eu peço desculpa se me excedi nalguns comentários que fiz sobre se o PSD tinha entendido. Eu entendi que não tinha entendido e posso relatar na primeira pessoa para ilustrar através de um pequeno exemplo, mas penso que ele é paradigmático. -----

----- No que respeita ao papel do rio, à cultura; à identidade, que é uma das alavancas bem

identificadoras do Plano Estratégico Águeda 2020, alguns de vocês sabem que o “Rio Povo” foi um projecto de quatro pessoas: fui eu; o Bitocas; o Rogério Fernandes e o Francisco Silva, que em 1999-2000 concebemos o projecto e procurámos que fosse executado e a proposta que nos foi dada foi para ajustarmos com o Cine Teatro S. Pedro que nos apoiavam. -----

----- Portanto, não me deu a ideia que tivessem entendido o papel da alavanca e o papel que a cultura e a identidade deveriam ter para restituir modernização, competição económica, servir de estímulo ao nosso próprio ego colectivo para que nós pudéssemos abraçar outras ambições e outros projectos, ainda que a partir a área cultural tivessem na natureza económica, fossem infra-estruturas, fossem empreendimentos, fossem novos desafios. -----

----- De facto, a identidade tem este papel e os académicos sabem disso e não foi por acaso que não deixaram de o pôr no Plano Estratégico Águeda 2020.” -----

----- **Deputada Nair Barreto de Carvalho Alves da Silva – PSD:** -----

----- “Pretendo apenas fazer uma pequena correcção ao Manuel Farias. É que ele disse que não há projectos, por isso é que desde 2007 até agora esteve tudo parado. -----

----- Eu só recordo que na altura o Presidente da CCDRC, Professor Doutor Pedro, em 2004 pediu a todas as Câmaras que enviassem projectos, porque ele queria que a coisas estivessem todas preparadas para que logo que iniciasse 2007, as candidaturas fossem abertas. Entretanto, o Governo caiu e as coisas ficaram adormecidas. -----

----- Portanto, nós vamos ver que chegamos a 2013 e muitas das verbas que deviam ser investidas nos diversos Concelhos vão ser enviadas novamente, como acontece na agricultura, em que não gastam as verbas todas porque não têm tempo.-----

----- Portanto, eu só quero recordar que havia diversos projectos e esses projectos foram enviados na altura para a CCDRC.” -----

----- **Deputado José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:** -----

----- “Eu vou pedir desculpa ao Doutor Paulo Matos porque vou servir-me de um escrito que ele perdeu tempo para nosso prazer e para nossa leitura. O Doutor Paulo Matos reconhece alguns pontos positivos como o reconhecimento da Autarquia como exemplo de Excelência na Modernização Administrativa. Depois, diz que a Autarquia tem alguns projectos como o parque natural da Alta Vila; o Centro de Artes e Espectáculos; a rede de mobilidade; o açude; a requalificação urbana; a Agenda 21; as áreas de acolhimento; o parque empresarial do Casarão.

Fala no Agitágueda; nas Sextas-Feiras Culturais; no Rio Povo; na D'Orfeu e mais à frente fala na política de investimento zero nas Freguesias. -----

----- A política de investimentos nas Freguesias foi a política seguida pelo PSD até 2005; essa política deu desenvolvimento às freguesias. Portanto, à partida, quando chegámos a 2005 já estavam desenvolvidas, porque foi a política que eles seguiam; já não havia mais nada para desenvolver em 2005 nas Freguesias. -----

----- A política de investimento na Cidade é que, neste momento, há zero nas Freguesias, segundo o Doutor Paulo Matos, mas a Câmara só deve 8 milhões de euros. Além disso, tem aqueles projectos todos que não existiam em 2005 e te dinheiro para os fazer. Isto é que é sustentabilidade, embora possamos discutir opções. -----

----- É nítido e toda a gente reconhece que o Senhor Presidente da Câmara tomou uma opção, que ele já disse que é aproveitar ao máximo o Quadro Comunitário. Há também aqui razões quando a Doutora Nair diz que o projecto do PSD que já estava feito, por exemplo, uma candidatura do parque do Largo 1º de Maio, é uma coisa que já foi feita e que vai ser outra vez mexida como uma parte baixa da cidade. Esquece-se é que tudo aquilo que foi mexido tinha o saneamento todo pobre, tinha as zonas das águas pluviais mal feitas e tinha tudo a cair e ao mexer-se agora as coisas tiverem que ser mudadas porque têm que ter manutenção. -----

----- Investimentos nas Freguesias, verificámos que as transferências da Câmara se mantêm; verificámos que dos tais genéricos que falou o Engenheiro Hilário e que torna isto obscuro e salazarento. Afinal, não é assim tão obscuro e os Senhores Presidentes já sabem; eles já sabem que vai haver algum alcatroamento nas suas Freguesias; já sabem que há verbas para passeios; provavelmente não sabem tudo, mas não me digam que têm só o que vem na transferência; têm é menos aquilo que queriam, o que é lógico. Mas o Doutor Paulo Matos responde-vos e diz que as prioridades das Freguesias são os passeios; os cemitérios; etc. Portanto, há aqui uma quantidade de situações que a Câmara, lentamente, vai fazendo. -----

----- Mas o Doutor Paulo Matos acaba com uma chamada de atenção, que eu concordo: *“Nunca foi tão necessário o estabelecimento de prioridades em diálogo com as Freguesias para um projecto de coesão territorial e social do Concelho no seu todo e isto não está a acontecer (...)”*. E termina assim: *“Os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia têm, por isso, todo o direito de exercer o seu direito à indignação. Eles são os últimos proletários mal amados e mal pagos*

da democracia representativa". É verdade, são mal pagos, são mal amados, trabalham e têm o direito à indignação, mas têm direito a muito mais do que a indignação, têm o direito a exigir, nunca a pedir, é um direito que eles têm. E quando aqui participam têm o direito de não serem Presidentes de Junta, têm o direito a serem membros por inteiro da Assembleia Municipal e como têm esse direito não são pressionáveis nem pelo Senhor Presidente da Câmara nem por nós, porque são pessoas como qualquer um de nós." -----

----- **Deputado António Manuel Fernandes Martins – CDS:** -----

----- "Senhor Presidente da Câmara, como sabe. é hábito do CDS gostar das coisas muito transparentes, muito transversais e, por isso, estamos habituados normalmente a dialogar e pôr as coisas claras e quando não concordam connosco têm que nos dizer. -----

----- Relativamente a este Orçamento, daquilo que aqui foi falado, é óbvio que há projectos orientados para a cidade e que são projectos que opções políticas do Senhor Presidente da Câmara, com os quais concordamos com alguns e com outros nem tanto. De qualquer das formas, o que me parece é que as participações a fundo perdido que foram destinadas a alguns projectos que ele apresentou, seriam também deferidas para suportar outros projectos que ele apresentasse. Portanto, isto de projectos de fundos, de projectos globais e de estratégias, são coisas que ou são discutidas no global e eu tenho expressado há muito tempo a opinião de que as obras que envolvem o Município não só por um mandato, mas que envolvem por mais que um mandato, deveriam ser obras discutidas em conjunto e qualitativamente pela maioria para que essas obras pudessem ser suportadas e sustentadas quer por um Partido, quer por outro, se eventualmente houvesse mudança política. -----

----- Relativamente a este Orçamento, como o Senhor Presidente sabe, conversámos sobre ele fundamentalmente em defesa das Juntas de Freguesia que são do CDS, que após os pedidos feitos pelos Senhores Presidentes de Junta, delegaram na representação política do Partido falarem com o Senhor Presidente e discutir as "exigências" que eles fariam para as suas Freguesias e o Senhor Presidente não deu qualquer sinal negativo, nem positivo, relativamente àquilo que foi apresentado. -----

----- Relativamente à Freguesia da Trofa, primeiro há obras que transitam desde 2002; há obras de 2010 que alencadamente eram oito, que transitaram quatro para 2011; duas delas foram feitas, estão a pagamento em 2011 e há mais quatro que desapareceram. Daquilo que a Trofa

pediu ao Senhor Presidente da Câmara não consta do Plano, o que quer dizer que o diálogo, às vezes, não funciona. -----

----- Relativamente à Freguesia de Segadães, efectivamente foi dado ao Senhor Presidente da Junta o que ele pediu, porque ele pediu uma obra. Esta obra já vem em Plano no mínimo desde 2009, agora transitou para 2011 e entretanto baixaram a verba relativa à obra. -----

----- Depois, há aqui uma situação caricata e que não me passa pela cabeça, não passará seguramente a ninguém que está nesta sala, que haja Freguesias que não tenham uma obra no Plano de Actividades, não é possível. Um Plano de Actividades que não contempla quatro Freguesias, alguma coisa está mal. -----

----- Nós até sabemos que anda aí a voar um milhão e tal e que podiam ser distribuídos criteriosamente pelos Protocolos, mas estes Protocolos são uma faca de dois gumes: “Eu dou a quem merece ou a quem me apetece”. O Senhor Presidente dirá que é um homem honesto e que dá. Todos somos honestos, temos é graus de honestidade diferentes e, muitas das vezes, perante situações diferentes nós comportámo-nos de formas diferentes. -----

----- Este Orçamento está armadilhado. Eu sei que uma das Juntas de Freguesia que eu aqui tenho, vai ter obras por Protocolo, mas está incorrecto; é desonesto. Politicamente é uma desonestidade. -----

----- Agora, uma Junta de Freguesia que em 2010 tem cinco obras que desapareceram em 2011, não é aceitável e não acho que seja politicamente justo e correcto. -----

----- Portanto, Senhor Presidente da Câmara, este é um mau exemplo da forma de tratar um Plano e Orçamento e como é um mau exemplo que permite interpretações e para além disso permite actuações qualificadas, o CDS não pode aceitar que um Orçamento destes seja aprovado, porque o Senhor Presidente da Câmara tem a obrigação de fazer um Plano de Actividades solidário, que contemple toda a gente. -----

----- Eu vou ter alguma dificuldade em perceber como é que alguns Presidentes de Junta vão conseguir explicar às populações que estão a votar um Plano de Actividades que não lhes dá nada mas que, se calhar, o vão votar favoravelmente. -----

----- Eu tenho alguma dificuldade em perceber alguns votos. Eu sei que é muito complicado ser Autarca e trabalhar na Câmara Municipal. O Victor e o Galhano vão-me desculpar que lhes diga, mas eu acho que devia ser proibido um funcionário Camarário candidatar-se a uma Junta de

Freguesia, pelas razões positivas e pelas razões negativas. -----

----- Senhor Presidente da Câmara, volto a dizer que este Orçamento é um Orçamento armadilhado, contrariamente àquilo que aconteceu durante alguns anos em que o CDS deu-lhe o benefício da dúvida e sempre o apoiou enquanto o Senhor esteve a organizar administrativamente a Câmara e a recuperar financeiramente a edilidade. O Senhor nunca se pode queixar que alguma vez o CDS lhe tirou o tapete. -----

----- Neste momento, o CDS não pode, nem política nem factualmente, aprovar um Plano que o Senhor deixa com muitas minas e armadilhas e que é penalizante não só na área do CDS, como na área de todos os Partidos. -----

----- Devo dizer que o Senhor Presidente é perspicaz e sabe aquilo que nós já sabíamos todos, é que o facto de não lhe aprovarem o Orçamento não o impede de fazer as obras que o Senhor quer e precise, até porque elas já vêm cabimentadas dos Orçamentos anteriores e portanto, estamos todos bem quando tudo acaba em bem.” -----

----- **Deputado Manuel Augusto de Almeida Farias – PS:** -----

----- “Eu intervenho para defesa da honra da língua portuguesa. Os termos “honesto” e “desonesto” carecem de ser utilizados nas situações apropriadas sob pena de vulgarizando-se e utilizando-se em situações profundamente duvidosas perderem o seu sentido e quando precisarmos, efectivamente, de as utilizar, elas estarem vazias e ocas. -----

----- Caro amigo, Professor António Martins, quando uma Câmara Municipal toma a opção de um determinado tipo de obras, pela sua natureza e pelo seu montante, ser realizada através de Protocolos para que as Juntas de Freguesia façam a gestão de uma verba realizando as obras por administração directa ou de forma similar, não é uma desonestidade; é uma opção de racionalização de recursos, provavelmente com vantagens para todas as partes. Acho que utilizou o termo de modo inapropriado, obviamente que não foi de modo insultuoso. -----

----- Foi apenas a defesa da honra da língua portuguesa que eu aqui vim fazer.” -----

----- **Deputado António Farias dos Santos (PJF de Agadão) – PSD:** -----

----- “Estou aqui para dar resposta a dois Deputados que directamente me atingiram. Primeiro, quero dizer à Doutora Carla que não é por estarmos no fim da carreira política que vamos baixar os braços, porque eu concorri às eleições e defendi a minha Freguesia por quatro anos e é isto que eu vou fazer, defenderei a minha Freguesia e a minha população até ao último dia que

estiver na Junta. Durante estes quatro anos não baixei os braços e não vou baixar mesmo que abandone. -----

----- Depois, quero dizer ao Paulo Seara que é muito bonito nós virmos para aqui falar, mas eu sou um Presidente de Junta que tenho trabalhado seriamente na minha Freguesia. Ganhei as primeiras eleições em Dezembro de 1989 com uma diferença de 20 votos e a partir daí ganhei mais cinco eleições, sempre com a maioria, por alguma coisa foi. -----

----- Eu tenho vivido para a minha Freguesia, não vivo da minha Freguesia para mim, é bom que fique bem claro. A minha Freguesia para mim é muito importante e nunca utilizei nada da Freguesia para benefício próprio, antes pelo contrário, utilizo os meus carros e tractor para serviços da Junta e tenho feito milhares de quilómetros ao serviço da Freguesia e isso é uma honra muito grande que eu tenho, que muitos não têm. -----

----- Quanto ao dizer que entrego as chaves, não é brincadeira, porque eu não brinco com coisas sérias e tudo que respeita à minha Freguesia eu levo mesmo a sério.-----

----- Quanto à história dos protocolos, como disse a Doutora Carla, nós tivemos o cuidado de este ano pedir três protocolos, que deram entrada na Câmara com os devidos projectos e orçamentos. Por isso, não é por falta de projectos porque nós enviámos três, mas não nos deram nenhum” -----

----- **Deputado Pedro Alexandre de Almeida Gomes (PJF de Recardães) – PSD:** -----

----- “É com algum desagrado que vi o Orçamento de 2011, tanto para o Concelho, porque abrange todas as Freguesias, e principalmente para a minha Freguesia. Além de ter muitas promessas, em termos específicos e objectivos, vejo muito poucos. -----

----- Fiquei indignado com uma rubrica que é muito importante nos nossos dias, que é uma rubrica que eu tinha em 2010, em que me prometeram uma verba para a obra da reparação do Posto Médico, que não foi feita e que passou para este ano com valor inferior e depois vai ter um valor superior em 2012. -----

----- Eu acho que a saúde é uma das grandes prioridades que nós temos e não estou a ver que tenha sido uma prioridade deste Executivo para a nossa Freguesia. -----

----- Depois, falamos em protocolos e rubricas genéricas, que são as grandes armadilhas, porque já no ano passado existiram essas rubricas genéricas. A Freguesia de Recardães e outras Freguesias quando foram pedir essas rubricas já estavam todas gastas. Quem nos

garante a nós que este ano que quando lá chegarmos novamente elas já não estão todas gastas? Quais são os critérios e os métodos que depois se vão atribuir a estes protocolos nas rubricas genéricas? Isso é que merecia uma explicação para todos nós entendermos, porque há aqui Freguesias que não têm uma única obra, mas que já estão acordos feitos para se poder saber que cada um vai receber X. -----

----- Nós já tivemos que fazer os Orçamentos das Juntas e temos que englobar os valores que vamos receber da Câmara e como é que nós sabemos se não temos nada acordado? Mas isto é só para alguns porque há outros que parece que já têm e o tratamento de critérios, às vezes, é muito diferente. -----

----- Em relação a alcatroamentos, há uma rubrica genérica em Plano e Orçamento, se calhar, se nós formos a somar todos os alcatroamentos que vinham do ano passado e que transitaram para este ano porque não foram feitos, a rubrica não chega nem para metade. Isto quer dizer que alguém vai voltar a perder alcatroamentos que já vinham do Plano de 2010 e, se calhar, alguns de 2009. -----

----- As rubricas podem ser muitas boas mas têm que ser muito bem definidos os métodos que são atribuídos. Eu até concordo com o quadro de delegação de competências, porque cada um sabe os valores que vai receber; se calhar, os protocolos deviam ser feitos da mesma forma, atendendo a que depois havia Freguesias que podiam receber mais ou menos. Isto era um dos critérios. O Senhor Presidente da Câmara dizia-nos que então também deixamos de receber as verbas que nos transferem, mas depois também tinha muito mais trabalho, porque nós recebemos verbas porque temos que executar e responsabilidade para a receber; se nós não as recebermos a Câmara tem que as fazer ou então ficam por fazer. Quando nós temos delegação de competências e falhamos nisto ou naquilo, dizem-nos que isso é da Junta e que é a Junta que tem que fazer; nesse caso teria que ser a Câmara. Em 2010 o Presidente cortou os apoios todos para festas das Colectividades e dizia que se ia ver mais pessoal e mais obras nas Freguesias, eu não vi isso na minha Freguesia. Portanto, com os cortes não quer dizer que depois venhamos a ter benefícios; não se apoio de um lado mas também não se vê um benefício do outro. Eu acho que era importante que isso ficasse bem claro. -----

----- A Junta de Freguesia recebeu duas máquinas, que agradeço aqui publicamente ao Executivo, mas depois vamos ver como é que elas vão ser repostas nas Freguesias, que

anteriormente apareciam pouco e agora se nem sequer existem, como é que elas vão aparecer com os trabalhos feitos nas Freguesias? Isto são alguns critérios que estamos aqui hoje a falar que são importantes que ficassem esclarecidos, porque até hoje ninguém nos disse como é que isso vai ser feito.” -----

----- **Deputado Paulo Manuel Matos Soares – PSD:** -----

----- “Penso que de alguns anos que já ando nisto, esta Assembleia foi das mais democráticas no verdadeiro sentido da palavra a que eu assisti, porque a forma espontânea, a forma sentida, a forma por vezes indignada, mas também sugestiva, com que alguns Presidentes de Junta assumiram com frontalidade a sua opinião sobre o que está em jogo neste Plano e Orçamento é digna de registo para a história do Poder Local em Águeda. Da mordaza nós já vivemos muitos anos e eu não sou um homem de esquerda, é sabido, mas também já suporto muito mal a falta de liberdade. -----

----- Podemos ter opiniões diferentes e aqui elas ficaram plasmadas nas afirmações que foram feitas, o que não podemos é transporta o ónus da nossa responsabilidade para estes homens que aqui estão, que são Presidentes de Junta de Freguesia, alguns deles com grande sacrifício das suas vidas pessoais, com muita experiência Autárquica, que passaram por vários mandatos de Executivos Municipais e que, provavelmente, nunca foram tão mal tratados como hoje estão a ser pelo Poder Local. Digo isto de forma sentida, porque nós estamos na política e temos que ter sensibilidade política. Quem gere Municípios, quem gere Governos Centrais, tem que ter sensibilidade, não pode viver só para a imagem e para o marketing. Temos que ser sensíveis aos problemas das pessoas e os Presidentes de Junta são aqueles que estão mais próximos da realidade e são aqueles que podem testemunhar com mais eficácia as necessidades das populações. -----

----- O Professor José Vidal fez-me o favor de ler um escrito que faço quando tenho alguma hora vaga, não para perder tempo mas para também me ajudar a mim próprio a pensar e fazer os outros também pensar; tenho essa veleidade se não os artigos não serviam para nada. -----

----- Como devem ter reparado, também não sou fundamentalista, aliás, quem preza a liberdade não é fundamentalista e deve ser cada vez menos, também tenho feito essa aprendizagem política, e há uma coisa que eu não posso aceitar, é que se transfira para nós Partidos Políticos a ideia que estamos a pressionar as pessoas a votarem em determinado sentido, quando essa

pressão vem de quem não deve vir, que é do Poder Municipal. -----

----- Eu conheço o Senhor Presidente da Câmara há muitos anos, respeito-o, temos ideias parecidas em muitas áreas, temos é diferentes ideias sobre o modo de as conseguir e penso que isso vai sendo patente. Faço sempre o elogio daquilo que é positivo, mas também não nos podem calar relativamente às formas diferentes que temos de encarar a gestão pública. -----

----- Não posso, de maneira nenhuma, aceitar que o Manuel Farias nos venha dar lições do Plano Estratégico, quando nós também sabemos ler. Na verdade, o Plano Estratégico concebido por gente muito capaz da Universidade de Aveiro no tempo do PSD e como o próprio documento refere, é um documento em aberto. Portanto, como diria o Primeiro-Ministro, o mundo mudou, mas o mundo mudou não segundo a concepção do Primeiro-Ministro, que é a ideia de pensar em grande; o mundo mudou porque vivemos uma crise desde 2007, que nos obriga a pensar de maneira diferente sobre as prioridades na gestão e no investimento público, porque todos nos lembramos nos tempos em que também o Primeiro-Ministro anunciava grandes obras para o País e ainda hoje, teimosamente, continua a fazê-lo através de um meio muito utilizado que são as parcerias público ou privadas. Aconselho-vos a ler um livro “Onde o Estado Gasta o nosso Dinheiro”, para saberem o que é feito desse nosso dinheiro com as parcerias público ou privadas e com a quantidade de obras que se fizeram em Portugal, aproveitando fundos comunitários sem racionalidade nenhuma, grande parte delas. -----

----- Eu tenho medo que a globalização e esta formatação em que nós vivemos da União Europeia, nos faça cidadãos incapazes de pensar nos nossos próprios Concelhos e nas nossas próprias Freguesias. Temos que ter liberdade para pensar nos nossos próprios Concelhos e nas nossas próprias Freguesias, segundo as nossas necessidades. Eu penso que há aqui o perigo de vivermos formatados, porque nós fazemos projectos para fundos e não vamos buscar os fundos para projectos. É uma concepção que eu acho errada, porque tudo é formatado, até o dinheiro e sabe-se que a União Europeia não vive bons tempos mesmo com fundos comunitários, porque o dinheiro não cai do céu; há Países contribuintes para esse dinheiro. Mas, obviamente, que os Países mais desenvolvidos também já estão a cansados de financiar os Países menos desenvolvidos. -----

----- Portanto, este maná da União Europeia não é eterno e eu nessa matéria tenho que concordar que devem aproveitar-se candidaturas a fundos comunitários. Se, no passado, não se

fez até onde se deveria ter feito, agora deve-se fazer em nome das gerações futuras. Agora, há que discutir quais são as prioridades essenciais para essas candidaturas. Se as candidaturas estão formatadas só para as cidades é mau, porque nós estamos a perder as nossas identidades e as nossas raízes culturais que estão nos territórios mais pequenos e mais próximos das populações, que são as Freguesias, se são acabemos com as Freguesias. -----

----- Há um perigo de centralização muito grande e isso vê-se até no desenvolvimento do nosso País. Basta ir a Lisboa e ver a auto estrada que foi feita entre o Cartaxo e a CREL de ligação interna, passa um carro de um quarto em um quarto de hora. Mas, que País é este que consegue investir aí o dinheiro todo e não consegue fazer uma estrada de 20 km de Águeda – Aveiro? Isto é uma coisa inacreditável e nós ficamos cada vez mais indignados. Isso transportado para o nível Concelhio, faz estes Presidentes de Juntas, cansados de ouvir as pessoas, pensar que se o investimento e o dinheiro é todo canalizado para a cidade, por mais efeitos indutores que isso tenha mais tarde no desenvolvimento, a verdade é que há necessidades fundamentais que têm que ser resolvidas, hoje, nas Freguesias e que não estão a ser resolvidas. -----

----- Portanto, daí a indignação que os Presidentes de Junta revelaram e eles têm esse direito e o Executivo tem que saber ouvir. Aproveito para pedir licença ao Doutor Martins para concordar e subscrever inteiramente tudo o que disse, porque muitas coisas do que disse, eu iria também dizer, mas disse-o melhor. -----

----- A conclusão que vem aqui na introdução do Plano diz assim: “As apostas na educação (construção de centros educativos) – O Senhor Presidente da Câmara fez bem em aproveitar esta possibilidade de melhorar o nosso parque escolar e não temos nada contra; -----

-----“no emprego (parque empresarial do casarão) – É a Autarquia como indutora do desenvolvimento económico tentando criar emprego em algumas áreas e estamos plenamente de acordo. -----

----- Agora quando diz: “na implementação de projectos diferenciadores nas freguesias” – O que é isto? Quais são estes projectos e em quais são as freguesias? Isto para nós sabermos que critério é que foi definido para serem essas freguesias as acolhedoras desses projectos diferenciadores; -----

-----“ (...) onde é cada vez melhor viver, trabalhar e divertir” – Esta palavra “divertir” é que pode,

às vezes, baralhar-nos porque o divertimento é necessário mas eu privilegio a cultura. Também disse no tal escrito que deve elogiar-se a aposta cultural que a Câmara está a fazer, porque trás gente a Águeda, mas o divertimento é de passagem e não fica nada. Portanto, é preciso algum cuidado nesse investimento porque custa muito dinheiro e uma Câmara como comissão de festas não é uma Câmara de futuro. -----

----- Para terminar eu diria ao Manuel Farias que quem começou a apostar na cidade foi um homem chamado Deniz Padeiro e o Senhor Vereador era Gil Nadais, continuado por Castro Azevedo. -----

----- Relembro o Senhor Presidente da Câmara, que hoje aproveita as redes para fazer o desenvolvimento, mas no tempo em que ele estava na oposição teve grandes batalhas comigo nos jornais onde ele defendia o novo Hospital de Águeda e eu, já nessa época, dizia que era uma coisa peregrina pensar num novo Hospital para Águeda e Ministros vieram a Águeda e disserem que isso era uma loucura, porque tinham uma noção de desenvolvimento do País e percebiam que um Hospital em cada freguesia, em sentido simbólico, não era futuro para o País. E hoje esta forma de investimento que é feita através de Associações de Municípios, etc. é o modelo dos fundos comunitários. -----

----- Portanto, o Doutor Gil Nadais está a aproveitar isso na comunidade intermunicipal e está a fazer muito bem; tudo o que vier daí é bem vindo, porque seguramente que é bem aproveitado, nomeadamente a modernização administrativa, que também aproveitou essas sinergias da CIRA.-----

----- Esse Plano Estratégico é lido, mas as prioridades de hoje não são as de 2001, sendo certo que o caminho é o mesmo, em aberto, mas com a adaptação às novas realidades e as novas realidades é os Governos Centrais ou Locais tentarem, como estamos em crise, ajudar a resolvê-la e ajudar a resolver a crise a concepção que o Senhor Presidente da Câmara transfere para este Plano é da cidade como indutor do desenvolvimento do Concelho É isso que está no Plano Estratégico, mas na verdade o dinheiro hoje tem que ser aproveitado doutra maneira e não é por acaso que os Governos Centrais também estão a abandonar as obras que tinham, também indutoras do desenvolvimento do resto do País, porque o tempo não está para grandes obras. Os tempos estão para voltarmos a dar identidade às localidades, porque a globalização assim o exige. As pessoas estão a perder as suas referências: o largo da Freguesia tem que estar bem; o

coreto para a banda, isto não é demagogia. -----

----- Sabem que o meu sentido de voto é contra, por causa da filosofia na época que estamos a viver. Aliás, se as Câmaras são uma agência de candidaturas a fundos comunitários não fazem política; são uma secretaria onde têm um conjunto de funcionários que preparam as candidaturas aos fundos; são uma delegação de Bruxelas e os Países também são isso. -----

----- Ora, estes tempos são tempos de falta de liberdade e eu não partilho com este domínio da Europa sobre as Nações. É uma questão de filosofia política, se calhar, sou um pouco filósofo e gosto de o ser e recordo aqui o saudoso Antunes de Almeida, que tinha também as suas filosofias e que também defendia a liberdade. As pessoas têm que se saber ouvir, as pessoas têm que se respeitar. Estamos em política; estamos em democracia. -----

----- Esta ideia de dizer assim: “Senhores Presidentes, se quiserem chumbar politicamente o orçamento chumbem, mas tenham a coragem de dizer que não querem as transferências que estão lá” Isto não é pressão? Se isto não é pressão já estou como o Mário Soares “Se isto não é o povo, onde é que está o povo?” “ -----

----- **Deputado Paulo Alexandre Guerra de Azevedo Seara (PJF de Águeda) – PS:** -----

----- “Caríssimo colega Farias de Agadão, quando alguém me quiser dizer alguma coisa não o deve fazer por meias palavras. Trocando por miúdos tudo aquilo que disse, eu tenho filhas que levo à escola na carinha da Junta e faço-o à luz do dia nas vias centrais da cidade. Tenho servido a minha a Freguesia em apenas um ano, com rigor e seriedade, que o Senhor pode-a ter toda mas mais do que eu não tem, e não são os seus vários anos de mandato que lhe dá o direito a si de pôr em causa a minha dignidade e a minha honorabilidade. Gostaria também que dissesse que eu estou numa situação diferente da sua, porque eu sou um Presidente da Junta a tempo inteiro e em regime de exclusividade. Gostaria que pensasse o que isso representa para a minha vida profissional. Gostaria que se informasse de quantas horas trabalho por dia em defesa da minha Freguesia e não lhe admito a si nem a ninguém que me tentem beliscar da forma como o fez e antes de acusarmos os outros devemos olhar sempre para nós próprios. -----

----- Agradeço que quando me quiserem acusar de alguma coisa que o façam com clareza e o façam com as palavras todas. Fiquei triste, porque eu não o ataquei pessoalmente, apenas disse que deveríamos ter a honestidade intelectual de pensar e analisar todos os outros Planos e Orçamentos para trás e que, se calhar, não havia necessidade de se fazer um dramatismo tão

grande como entrega de chaves. Foi o que eu disse, não o ataquei, porque é um direito que lhe assisti e se um dia eu tiver que fazer o mesmo, também o faça sem problema nenhum. O que eu lhe disse, não pondo em causa o que quer que seja, não lhe dava o direito de me dizer o que disse, porque eu acho que não lho mereci.” -----

----- Decorridas as interpelações, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para responder aos intervenientes e prestar os devidos esclarecimentos, tendo concluído o que se tenta transcrever na íntegra: -----

----- “Aquilo que eu disse no início reitero; o PSD reuniu anteriormente com os Senhores Presidentes de Junta para pressionar um voto contra este Orçamento ainda não era conhecida a proposta. Eu admito que alguns não estejam contentes; eu próprio não estou contente com o Orçamento, mas nós temos que fazer opções e temos que ter uma linha de rumo para o Concelho. Anteriormente, toda a gente nesta sala dizia que era um Orçamento irrealista e que tínhamos de trazer verdade para o Orçamento; quando se trás verdade, estão sempre do contra. Há uma outra situação que eu não posso de forma alguma deixar passar, que são as obras feitas na cidade. São dois milhões de euros repartidos por vários anos; é tanto quanto é transferido num ano para as Juntas de Freguesia e estas obras vão decorrer durante três anos. Portanto, sejamos intelectualmente honestos, porque aquilo que está a ser feito é uma mistificação. Podem não concordar com as obras mas tivemos aqui um debate do estado da nação e tivemos um debate na rádio e eu só ouvi gente contra tudo. Qual é o vosso projecto para o Concelho? Quais são as vossas opções? Mas, afinal onde é que estão as vossas ideias? Quais são as obras que abdicavam? Com certeza que a Escola de Aguada de Cima poderá ser abdicada para transferir para as Freguesias, mas essa situação obviamente que não acontecerá, porque é uma aposta do Executivo fazer as Escolas. -----

----- O que é que são projectos diferenciadores? Projectos diferenciadores não são os postos médicos; porque os postos médicos são uma infra-estrutura básica necessária para a população. Projectos diferenciadores são aqueles que nos tornam únicos e temos alguns no Concelho; temos em Macieira de Alcoba; temos em Macinhata; temos em Belazaima; temos um outro no Parque da Redonda que continuaremos a apoiar; vamos ter um projecto no Souto do Rio. Nós não podemos estar a fazer as mesmas coisas em todas as Freguesias, isso não leva a lado nenhum e isso foi um desafio que eu vos lancei há muito tempo para trazerem aquilo que pode

ser potenciado nas vossas Freguesias. -----

----- Se forem ver as actas podem verificar que o meu discurso já tem vários anos - projectos diferenciadores, aquilo que pode trazer mais gente até nós. Esta coisa de estar contra e a favor, como por exemplo, para a Festa do Leitão é pouco; para o Agitágueda é muito. No Agitágueda não estão lá as colectividades do Concelho de Águeda a angariar meios para promoverem a sua actividade? Será que não apareceu já com este acontecimento outras Colectividades de elevada qualidade em Águeda que já levam também o seu trabalho para fora do Concelho? Eu penso que sim. -----

----- Concretamente ao que disse o Senhor Presidente da Junta de Valongo sobre o Pavilhão, a Câmara de Águeda investiu naquele pavilhão um milhão cento e tal euros e no início deste ano eu disse ao Senhor Presidente da Junta que não era possível continuar da forma como estávamos; o projecto estava desactualizado e o volume de obra era muito grande; teríamos de arranjar uma resposta para aquilo e durante o ano que decorreu o Senhor Presidente da Junta mandou-me um orçamento mas isto não é uma resposta. Não há financiamentos. Contrariamente àquilo que se quer fazer passar aqui, os financiamentos que existem estão bem dirigidos para determinadas opções e não há financiamentos para obras daquele tipo. Portanto, aquilo que foi dito é que teríamos de encontrar uma outra solução; eu não a tive e aquilo que o Senhor Presidente da Junta disse no final deste ano, foi que precisava de mais 40 mil euros para a cobertura. Não continuo a apostar naquela obra porque penso que aquilo que falta para a concluir, directamente dos cofres da Autarquia, nós não temos possibilidades nos tempos mais próximos, são dois milhões de euros e por isso não haveria essa possibilidade. -----

----- Também devo dizer que os recursos humanos em Valongo do Vouga são bastante melhor remunerados, porque a Câmara de Águeda tem uma psicóloga que custa cerca de 17 mil euros por ano. -----

----- Agora, os Senhores Presidentes de Junta não são mal tratados, nós é que não temos capacidade para dar resposta a todas as necessidades que eles acham que são as suas necessidades. Nós gostaríamos de fazer muito mais obras nas Freguesias do que aquilo que podemos. Se estiverem de acordo, temos uma hipótese, a capacidade de endividamento da Câmara ainda está longe de estar esgotada, então endivida-se. Mas, quais são essas obras tão necessárias? -----

----- O Plano da Câmara é complementado com a Polis da Ria, nas intervenções que estão previstas na Pateira e para as Freguesias adjacentes e também com o Plano de Actividades da AdRA, que espero que brevemente vá começar a fazer obras por Espinhel. Isso é que são as bases que é preciso ver e são 25 milhões de euros que irão ser feitos de obras. Portanto, além do Orçamento da Câmara há essas obras que vão ser feitas. -----

----- Agora, os investimentos para as Escolas de Fermentelos, de Barro, de Aguada de Cima, de Aguada de Baixo, de Macinhata, Trofa, Recardães e Valongo são todos em Águeda? Meus Senhores, sejamos sérios com as afirmações que fazemos. Dizer que o parque empresarial é em Águeda, sejamos honestos naquilo que estamos a dizer. E não é investimento estruturante? Não é investimento para todas as Freguesias envolventes? Qual é o vosso modelo de desenvolvimento? O que é que nós vamos deixar de fazer destas obras? Vocês querem deixar de fazer as obras no centro da cidade, então, assumam e digam quais. -----

----- Meus Senhores, grande parte das vossas opções já estavam tomadas antes de vir para aqui. Eu acho que o Executivo tem condições para dar continuidade às obras que estão no Plano, que estão a concurso e estamos abertos para que, de uma forma séria, nos digam onde é que está errado o caminho que nós levamos. O que é que modificamos? Digam-nos onde é que estamos errados e o que é que mudamos na estratégia, mas vamos depois entrar, claramente, nesses objectivos, porque aquilo que estamos a falar é de um projecto para o futuro do Concelho e eu não tenho assistido a que hajam opções ou propostas divergentes. -----

----- Portanto, Meus Senhores, somos todos do Concelho e queremos todos o melhor para a nossa terra e o Executivo está à vontade a respeito do Plano. Posso vos dizer que o Plano que nós apresentamos tem 41 milhões e o que estamos a viver neste momento tem 49 milhões. Portanto, temos mais alguma flexibilidade até dentro desse mesmo Plano mas, obviamente, que não gostaríamos de trabalhar por um sistema de duodécimos. Não gostávamos que acontecesse mas, como eu disse no início, não está em causa o futuro do Concelho e como tal iremos governar de acordo com as vossas directrizes." -----

----- Não havendo mais inscrições para intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se obtido a seguinte resultado: 18 votos a favor (sendo 14 do PS e 4 do PSD); 3 abstenções (sendo 1 do CDS e 2 de Independentes) e 18 votos contra (sendo 14 do PSD, 3 do CDS e 1 Independente). Face ao resultado obtido, o Senhor

Presidente da Mesa usou o seu voto de qualidade, tendo-se verificado que a Assembleia, por
Maioria, deliberou aprovar a Proposta da Câmara Municipal de Aprovação das Opções do Plano
e da Proposta de Orçamento para o ano de 2011. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia passou ao **Período de
Intervenção do Público**, informando que a Mesa, para o efeito, não tinha recebido qualquer
inscrição para intervir. -----

----- Uma vez esgotados os Pontos da Ordem do Dia, a Secretária da Mesa procedeu à leitura
da Minuta da Acta desta Sessão, que posta a votação, pelo Senhor **Presidente da Assembleia
Municipal**, foi aprovada, por Unanimidade. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, deu, de
imediate, por encerrada a Sessão Ordinária, não sem antes agradecer a presença de todos, da
qual, para constatar, se lavrou a presente Acta, que tem como suporte, gravação áudio e vídeo
digital de tudo o que ocorreu na Sessão e que vai ser assinada pelo Presidente e pela Primeira
Secretária da Mesa da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Mesa:

A Primeira Secretária:

Carla Eliana da Costa Tavares